



**CPPE**

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.



Relatório e Contas **1998**



Assim é o nosso mundo...



Sigma 02

Av. Barbosa du Bocage - 45  
1000-071 LISBOA

Telefone (01) 352 53 53  
Fax (01) 799 23 20



**CPPE**

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.





# Índice

6	Mensagem do Conselho de Administração
8	Súmula dos Factos mais Relevantes do Exercício
10	Evolução dos Principais Indicadores
13	<b>Relatório de Gestão</b>
14	Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo
16	A CPPE no Contexto do Sistema Eléctrico de Serviço Público
18	Exploração do Sistema Electroprodutor
20	Aprovisionamento de Combustíveis
22	Actividade Comercial
23	Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor
25	Recursos Humanos
27	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação
28	Qualidade
29	Ambiente
31	Investigação e Desenvolvimento (I&D)/Internacionalização
32	Auditoria Interna
33	Comunicação e Documentação
34	Empresas Participadas
35	<b>Evolução Económica e Financeira</b>
35	Performance Empresarial
35	Despesas de Investimento
37	Gestão Financeira
38	Perspectivas para o ano de 1999
40	Proposta de Aplicação de Resultados
41	Nota Final
43	<b>Prestação de Contas</b>
45	Balanço
46	Demonstração de Resultados
53	<b>Documentos de Prestação de Contas</b>
54	Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1998
56	Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 1998
58	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
80	Demonstração dos Fluxos de Caixa
81	Anexo Referido no nº5 do Art.447º do Código das Sociedades Comerciais
83	<b>Apreciação e Certificação de Contas</b>
84	Certificação Legal das Contas
86	Relatório do Fiscal Único
87	Parecer do Fiscal Único
88	Parecer dos Auditores Externos
89	Extrato da Acta da Assembleia Geral de Accionistas



Engº Luis Filipe  
Lucena Ferreira  
Presidente



Engº Jorge Manuel Ribeiro  
Soares Machado  
Vogal



Engº Luis da Silva Carrilho  
Vogal

## Mensagem do Conselho de Administração

Pelos resultados alcançados e pela qualidade do serviço que prestou como empresa produtora de energia eléctrica, no âmbito do Sistema Eléctrico Público, a CPPE consolidou, durante o ano de 1998, a sua posição de referência no Sector Eléctrico Nacional.

A disponibilidade das suas centrais continua a caracterizar-se por índices elevados, comparáveis com os melhores a nível internacional. O bom desempenho do parque produtor, assim como uma política bem sucedida de redução de custos, conduziram a uma melhoria sensível dos resultados da empresa. Deste modo, e sem prejuízo da qualidade do serviço público que a empresa presta, foi possível aumentar o seu valor para o accionista, tendo a CPPE contribuído de forma significativa para os resultados alcançados pelo Grupo EDP.

A reestruturação da empresa, iniciada em meados de 1996, na sequência da análise estratégica então feita, prosseguiu de forma bastante positiva. O processo de mudança, que começou nas duas Direcções de Produção, envolvendo de forma bastante participada toda a estrutura dirigente, adquiriu uma dinâmica própria, evidenciando ganhos que

podem desde já ser quantificados, e identificando-se progressivamente com uma atitude colectiva de inegável valor para o futuro da empresa.

Por outro lado, o desenvolvimento do projecto que abrange as funções de suporte, maioritariamente integradas na Estrutura Central, iniciado cerca de um ano depois dos dois projectos que envolveram as Direcções de Produção, começa já a consolidar-se, esperando-se que, a curto prazo, e em consequência das alterações nas estruturas e nos procedimentos, se venham a verificar significativas melhorias operacionais e ganhos de produtividade.

A política de recursos humanos, que tem vindo a ser seguida, integra como principal objectivo o reajustamento destes recursos às necessidades da empresa. A redução de pessoal, acompanhando a reestruturação em curso, está a ser conseguida através de um processo selectivo de pré-reformas e rescisões por mútuo acordo, desenvolvido até agora num clima da maior tranquilidade e de aceitação por parte dos trabalhadores envolvidos.



Merece aqui uma referência especial a redução progressiva de efectivos da Central da Tapada do Outeiro, acompanhando a sua desactivação. A forma como o processo tem decorrido, a sua aceitação sem reservas pelas estruturas representativas dos trabalhadores, permitem considerá-lo como uma referência no âmbito das operações deste tipo, inerentes ao encerramento duma instalação industrial em fim de vida útil.

Conseguir manter, e se possível aumentar, no futuro, a posição da empresa como produtor de energia eléctrica, constitui sem dúvida o mais importante dos seus objectivos estratégicos. No domínio da hidroelectricidade, o programa em desenvolvimento (reforço de potência de Venda Nova, aproveitamento do Baixo Sabor, contrato para exploração de Alqueva) garantirá um crescimento natural do parque produtor actualmente em serviço. Por outro lado, a intenção publicamente manifestada pelo Governo de atribuir à CPPE uma participação relevante na próxima central de ciclo combinado a gás natural, a construir em conjugação com o terminal que vai ser instalado em Sines, assegura a indispensável renovação do parque térmico da empresa.

Considerando ainda a capacidade da empresa para colaborar na política de internacionalização do Grupo EDP, através da exploração de centros produtores em países estrangeiros, parece evidente que se abrem boas perspectivas para o futuro da CPPE. Com a garantia da experiência acumulada e do elevado nível técnico do seu quadro de pessoal, que se pretende manter motivado, a empresa reúne todas as condições para encarar positivamente os desafios que irão ser postos por um mercado, que continuará a caminhar para uma maior liberalização.

# Súmula dos Factos mais Relevantes do Exercício

Durante o exercício de 1998, a CPPE manteve um bom nível de desempenho empresarial de que é reflexo o reforço continuado da sua boa situação económico-financeira como é evidenciado na evolução dos seguintes indicadores:

	1996	1997	1998
Vendas	194,8	198,8	209,1
Resultados Líquidos	21,6	36,0	45,4
Cash-Flow	75,1	82,4	86,9

A este desempenho estiveram associados diversos factores, de que se salientam os seguintes:

- O investimento realizado no exercício atingiu o total de 9,8 milhões de contos - a custos técnicos -, sendo de destacar os montantes relativos a Novos Centros Produtores, com 1,6 milhões, e Centrais em Exploração com 7,3 milhões (dos quais 3,2 em Ambiente);
- A produção líquida total da CPPE, em 1998, situou-se em 26 899 GWh, com uma repartição de 11 506 GWh para o parque hídrico e 15 392 GWh para o parque térmico. A Central de Sines representou a maior parcela da produção da Empresa, com cerca de 31%, cabendo à Central de Setúbal cerca de 19%. Relativamente à produção de origem hidroeléctrica, a das centrais do Centro de Produção Douro representaram mais de 26% do total da produção líquida da Empresa;
- A disponibilidade dos centros electroprodutores da CPPE em 1998 caracterizou-se por uma taxa de 90,4% no parque termoeléctrico e uma taxa de 96,1% no parque hidroeléctrico, valores que se podem considerar excelentes

em termos dos padrões internacionais e que confirmam a evolução muito positiva e sustentada registada em anos anteriores;

- O número total de efectivos em serviço na CPPE evoluiu de acordo com a tendência de redução prosseguida pela Empresa, situando-se no final do ano em 1 907, contra 2 068 no final de 1997, resultado das políticas de reformas antecipadas e rescisões contratuais, conjugadas com a implementação das orientações estabelecidas no Plano Estratégico.

## Outros Factos Significativos

- Instalação, no Grupo 1 da Central de Sines, dos novos queimadores de baixo teor de óxidos de azoto, acção integrada no programa de redução de emissões de NOx que se iniciou em 1997 e será concluída no ano 2000;
- Exploração com balanço positivo, durante o primeiro ano após a reconversão para queima dual fuelóleo/gás natural, dos Grupos 5 e 6 da Central do Carregado, correspondendo a um consumo de 164 milhões de m<sup>3</sup> e uma emissão para a Rede de cerca de 646 GWh;
- Continuação das Obras Preliminares do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Venda Nova, desenvolvendo-se os processos associados aos concursos referentes à Empreitada Principal de Engenharia Civil e ao Fornecimento dos Grupos Reversíveis;
- Estudo Prévio do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor de forma



a permitir realizar o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental na presente fase do Estudo Prévio;

- Assinatura com a REN da extensão ao Contrato de Aquisição de Energia dos Grupos 1 e 2 da Central de Tunes até final de 2003, que segundo o contrato existente seriam desactivados no final de 1998;
- Reentrada em serviço no primeiro trimestre do ano dos dois últimos grupos da Central do Fratel, totalmente renovados em termos de instalação de comando e controlo, após o incidente ocorrido em Março de 1997, com origem num incêndio no quadro de comando da turbina do Grupo 3 e que alastrou a toda a cablagem de comando e controlo da Central;
- Reentrada em serviço, em Novembro, do alternador do Grupo 1 da Central de Alto de Mira, após o incidente ocorrido em Julho de 1997, que provocou a danificação quase total do alternador e da caixa redutora;
- Continuação do programa de desactivação da Central da Tapada do Outeiro, iniciada com o descomissionamento do Grupo 1 no final de 1997.

### **Plano Estratégico - Racionalização em curso**

No quadro do desenvolvimento das orientações estratégicas estabelecidas globalmente para o Grupo, a CPPE prosseguiu a implementação dos programas resultantes dos Planos de Melhorias nas Centrais Térmicas e Centros Produtores Hidroeléctricos. No âmbito da execução destes programas, orientados para a redução de custos e para a melhoria da eficiência operativa, visando, em última

análise, reforçar a posição competitiva da Empresa, destacam-se as seguintes realizações em 1998:

- Alargamento dos intervalos entre acções de grande manutenção dos grupos do parque produtor e início da implementação do programa de paragens bienais no Parque Hidroeléctrico;
- Continuação das acções conducentes a uma maior racionalização de meios na manutenção;
- Avanço no projecto de centralização do telecomando das centrais hidroeléctricas por forma a obter a substituição dos actuais três Centros de Telecomando por um único Centro até ao ano 2000;
- Centralização da contratação de serviços técnicos comuns e prestação de serviços às centrais, pela Unidade de Manutenção Comum, com o objectivo do aproveitamento de sinergias e obtenção de economias de escala nas áreas da manutenção das Centrais Térmicas.

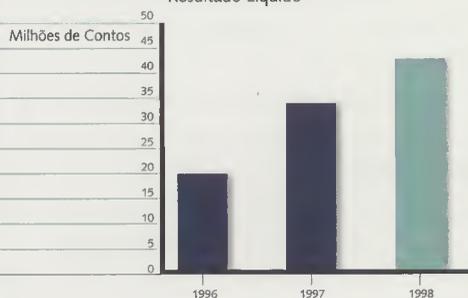
Em 1998 deu-se continuidade ao Projecto de Redesenho das Funções e Processos Centrais de Apoio da CPPE que, ao longo de diferentes etapas que decorreram até meados de 1998, permitiu definir o nível adequado de serviço e custos para todos os departamentos de apoio da Empresa. Este projecto, abarca áreas tão diversas como o Aprovisionamento, a Gestão de Recursos Humanos, a Comunicação / Documentação, a Contabilidade, a Logística, os Sistemas de Informação, o Planeamento e a Orçamentação.

A implementação deste projecto prolongar-se-á até meados de Março de 1999.

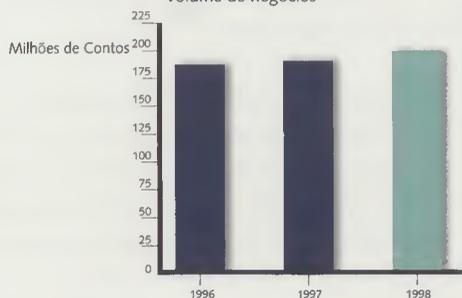
# Evolução dos Principais Indicadores



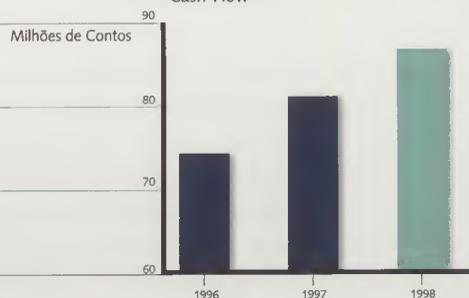
### Resultado Líquido



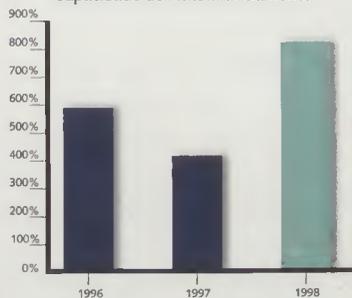
### Volume de negócios



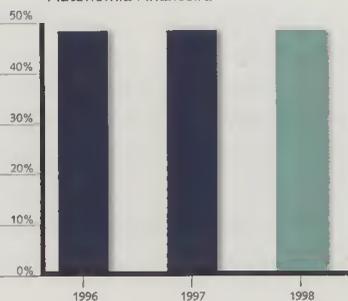
### Cash-Flow



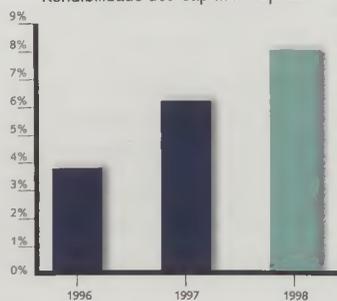
### Capacidade de Autofinanciamento



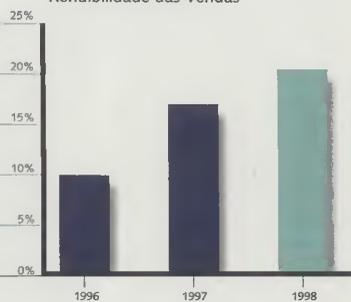
### Autonomia Financeira



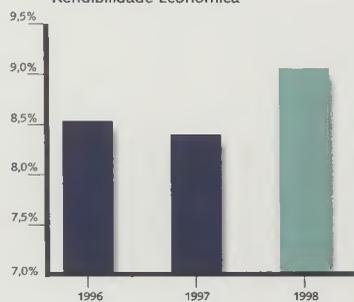
### Rendibilidade dos Capitais Próprios



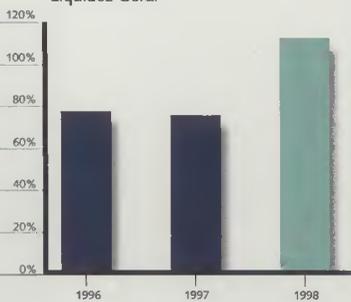
Rendibilidade das Vendas



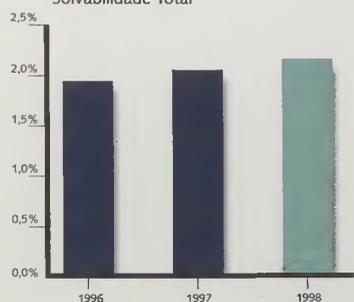
Rendibilidade Económica



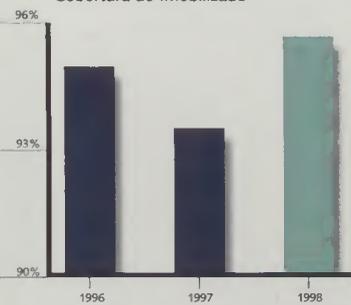
Liquidez Geral



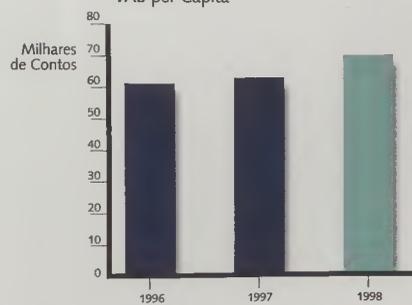
Solvabilidade Total



Cobertura do Imobilizado



VAB per Capita

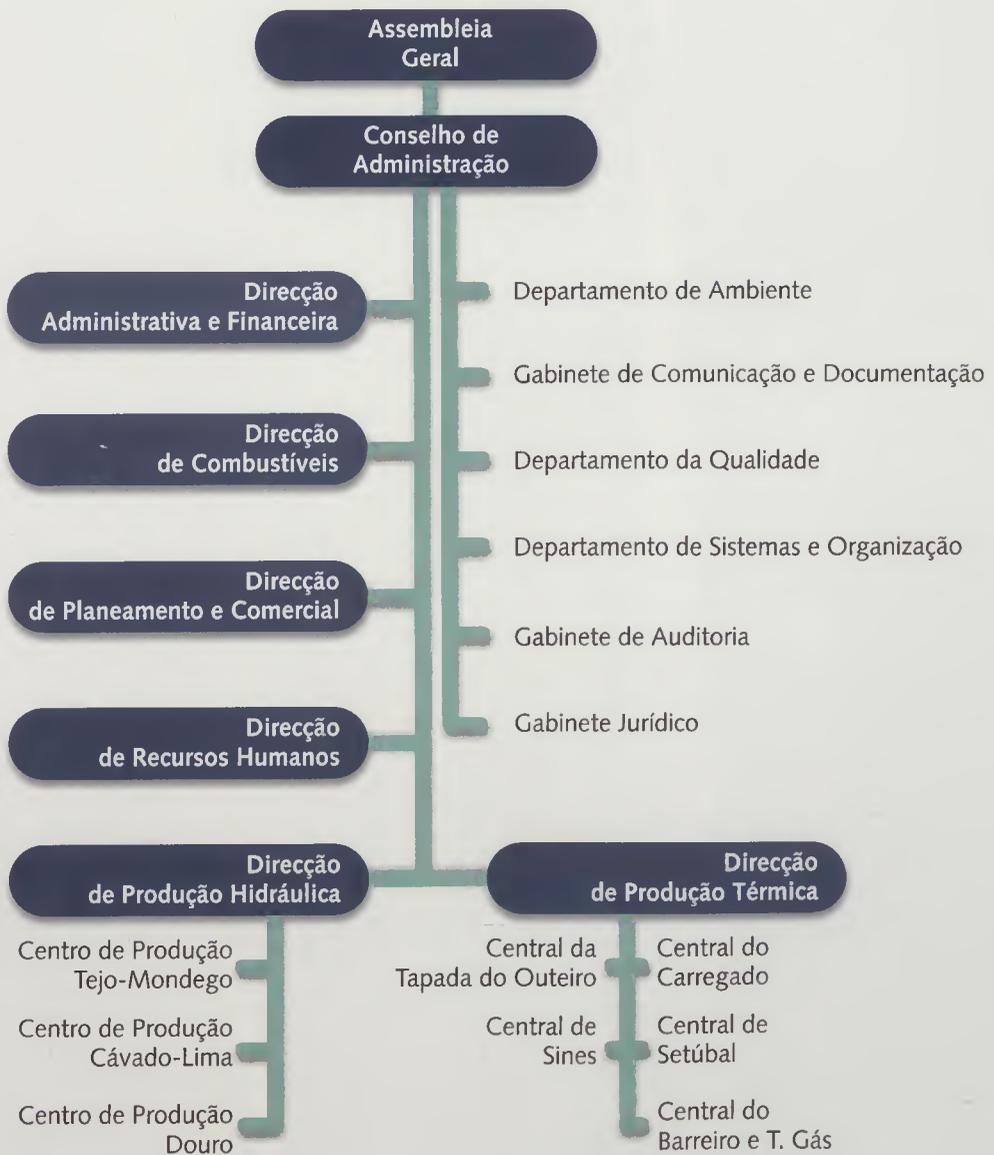


Alpha 11



14	Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo
16	A CPPE no Contexto do Sistema Eléctrico de Serviço Público
18	Exploração do Sistema Electroprodutor
20	Aprovisionamento de Combustíveis
22	Actividade Comercial
23	Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor
25	Recursos Humanos
27	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação
28	Qualidade
29	Ambiente
31	Investigação e Desenvolvimento (I&D)/Internacionalização
32	Auditoria Interna
33	Comunicação e Documentação
34	Empresas Participadas
35	Evolução Económica e Financeira
35	Performance Empresarial
35	Despesas de Investimento
37	Gestão Financeira
38	Perspectivas para o ano de 1999
40	Proposta de Aplicação de Resultados
41	Nota Final

# Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo





### **Mesa da Assembleia Geral**

Eng. Hernâni Martins Verdelho  
Presidente  
Eng. Manuel Joaquim Oliveira  
Vice-Presidente  
Eng. Vasco Duarte Rodrigues  
Secretário

### **Conselho de Administração**

Eng. Luís Filipe Lucena Ferreira  
Presidente  
Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Machado  
Vogal  
Eng. Luís Silva Carrilho  
Vogal

### **Órgão de Fiscalização**

A. Gândara & J. Monteiro  
ROC Efectivo  
J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção  
ROC Suplente

### **Direcções, Gabinetes e Departamentos**

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)  
Dr. Adalberto Fernando da Cunha

Direcção de Combustíveis (DCB)  
Eng. Duarte Manuel Vasconcelos Costa

Direcção de Planeamento e Comercial (DPC)  
Eng. Abílio Seca Teixeira

Direcção de Produção Hidráulica (DPH)  
Eng. Téc. Francisco da Rocha e Silva

Direcção de Produção Térmica (DPT)  
Eng. Álvaro Guerreiro de Sousa

Direcção de Recursos Humanos (DRH)  
Eng. Eugénio André da Purificação Carvalho

Gabinete de Auditoria (GAD)  
Dr. José Martins da Rocha

Gabinete Jurídico (GJR)  
Dr. Henrique Ferreira de Carvalho

Departamento de Ambiente (DPAB)  
Dr.<sup>a</sup> Maria Guadalupe Lança Madeira

Gabinete de Comunicação e Documentação (GCD)  
Eng. Maq. João António Silva Pintassílgo

Departamento da Qualidade (DPQL)  
Eng. José Pina e Silva

Departamento de Sistemas e Organização (DPSO)  
Eng. José Ricardo Assunção

Director da Central da Tapada do Outeiro  
Eng. Arlindo de Sousa Rodrigues

Director da Central do Carregado  
Eng. Téc. João Maria Carvalho Rodrigues

Director da Central do Barreiro e T. Gás  
Eng. Fernando Álvaro Rodrigues Pereira

Director da Central de Setúbal  
Eng. Rui Mendes André

Director da Central de Sines  
Eng. Carlos Luís Almeida Pereira

Director do Centro de Produção Cávado-Lima  
Eng. Téc. Cipriano Sousa Serrenho

Director do Centro de Produção Douro  
Eng. António Carlos Peito Monteiro

Director do Centro de Produção Tejo-Mondego  
Eng. Téc. Maximiano Mendes Teles Menezes

# A CPPE no Contexto do Sistema Eléctrico de Serviço Público

O Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI):

- O SEP é actualmente constituído, no sector da produção de electricidade, pela CPPE, pela Tejo Energia e pela Turbogás, empresas detentoras de licenças vinculadas de produção de electricidade.
- O SEI compreende o Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), que de momento é formado pelo conjunto de centrais hidroeléctricas das Empresas Embebidas do Grupo EDP, e todo o conjunto de produtores independentes detentores de meios de produção a partir quer de energias renováveis, mini-hídricas (até 10 MVA) e eólicas, quer de instalações de cogeração.

O relacionamento comercial entre o SEP e o SENV é centralizado na concessionária da Rede Nacional de Transporte (REN), que, de acordo com o quadro regulatório publicado no final deste ano, deverá individualizar as funções de transporte de energia eléctrica, de Gestor do Sistema (Despacho), de Gestor de Ofertas, de Agente Comercial do SEP e de Acertos de Contas.

A regulamentação publicada no final do ano irá introduzir profundas transformações no funcionamento do SEN, passando a existir contratos físicos (quer vinculados, quer bilaterais) e simultaneamente um mercado diário funcionando em regime de pool, havendo, neste último caso, centralização de ofertas

de compra e venda de electricidade, quer nacionais quer espanholas. Certamente que essas transformações se irão repercutir na CPPE dado que é parte integrante do SEP, e que poderão ser visíveis já no próximo ano.

Em 1998 o consumo de electricidade referido à emissão na rede pública (SEP) cresceu cerca de 5,8% contra os 3,4% verificados em 1997, atingindo no final do ano 33 810 GWh (contra 31 944 em 1997), tendo a CPPE contribuído com 26 899 GWh (contra 23 036 em 1997), cerca de 80%, para a satisfação da globalidade desses consumos, cifrando-se o consumo anual em bombagem hidroeléctrica em 101 GWh (valor semelhante ao de 1997).

O acentuado crescimento dos consumos de electricidade em 1998 estão associados fundamentalmente ao crescimento económico verificado neste ano, já que o crescimento dos consumos corrigido da temperatura e dias úteis foi de 5,1%. Efectivamente, o PIB Português registou um crescimento superior a 4% em 1998, em relação a 1997, beneficiando em particular, do importante contributo da realização da exposição mundial de Lisboa.

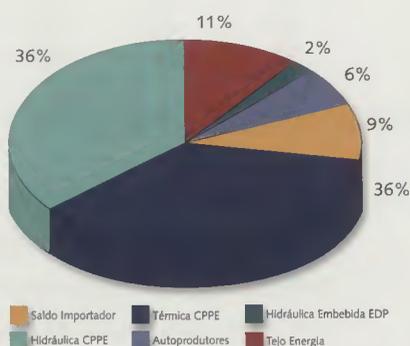
A Tejo Energia (Central do Pego) contribuiu com 2 796 GWh (3 605 em 1997) e a Turbogás (Central da Tapada do Outeiro) com 1 262 GWh, sendo o restante consumo satisfeito pelo saldo importador, que foi de 273 GWh (2 897 em 1997), pela contribuição do SENV, com o valor de 718 GWh (733 em 1997), e pelas recepções de outros produtores do SEI, representando 1 963 GWh (1 774 em 1997), tendo estas últimas tido um crescimento de cerca de 10,5%.



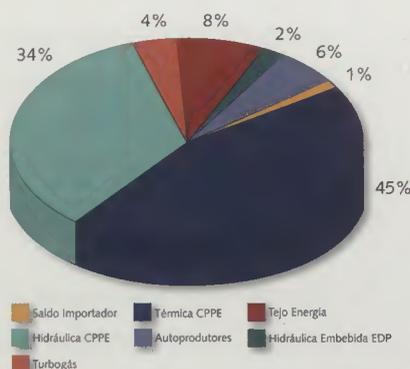


No gráfico seguinte mostra-se o peso da contribuição de cada uma das fontes acima mencionadas, para o biénio 1997/98, evidenciando-se, no caso da CPPE, a contribuição hidroelétrica e termoelétrica.

Contribuição para a Satisfação dos Consumos 1997



1998



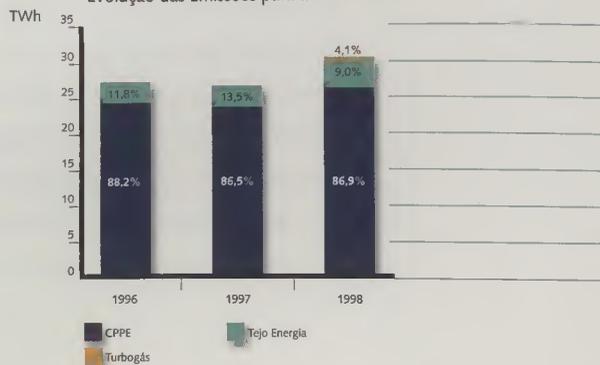
Como se poderá constatar, a emissão da CPPE aumentou em 1998 cerca de 17% em relação a 1997, o que, não obstante o crescimento acentuado dos consumos de electricidade verificado este ano, teve como consequência um aumento significativo da quota da Empresa no abastecimento do SEP.

A emissão da CPPE foi bastante superior em 1998 em relação a 1997, devido essencialmente ao decréscimo acentuado do saldo importador (cerca de dez vezes inferior), associado à implementação de um novo sistema organizativo do sector eléctrico espanhol e ao atraso verificado na entrada em serviço industrial dos dois grupos da nova Central da Tapada do Outeiro da Turbogás.

Em termos hidrológicos, o ano de 1998, embora com afluências ligeiramente superiores à média, foi bastante menos húmido do que o anterior, tendo associado um coeficiente de produtividade hidroelétrica da totalidade do parque hídrico do Grupo EDP de 1,04 contra 1,22 em 1997.

Considerando exclusivamente a emissão para a rede do SEP dos centros electroprodutores do sistema vinculado em serviço durante 1998, pertencentes à CPPE, à Tejo Energia e à Turbogás, verifica-se que a quota da CPPE se situa em 86,9%, mantendo-se, consequentemente num nível idêntico ao do ano anterior, conforme se mostra no gráfico seguinte, em que se apresenta a evolução verificada desde 1996.

Evolução das Emissões para a rede do SEP



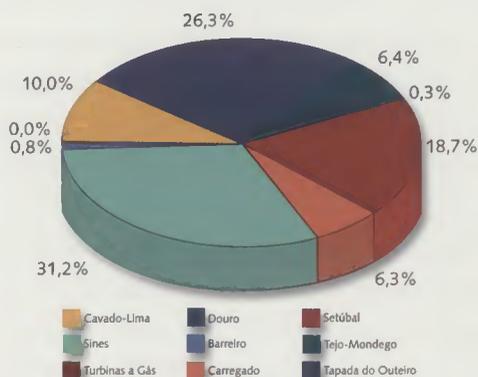
# Exploração do Sistema Electroprodutor

A potência líquida máxima solicitada ao sistema produtor da CPPE ocorreu no dia 27 de Janeiro, atingindo 5 403 MW ou seja mais 633 MW do que a ponta registada em 1997.

As afluências ao parque hidroeléctrico CPPE foram, em 1998, muito próximas da média dos regimes (coeficiente de produtividade de 1,01), mas com uma distribuição mensal muito irregular, com valores muito inferiores à média nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro. Este facto levou a que no final do ano o armazenamento das albufeiras da CPPE totalizasse apenas cerca de 727 GWh, correspondentes a cerca de 30,1% da capacidade de pleno enchimento, valor inferior em cerca de 48,6 p.p. relativamente ao ano de 1997 (1 903 GWh).

## Emissão de Electricidade

Em 1998 a emissão total de electricidade do sistema electroprodutor da CPPE para a rede do SEP atingiu 26 899 GWh (produção líquida), valor este superior em 16,8% relativamente ao registado em 1997. Este aumento de produção foi conseguido à custa do Parque Termoeléctrico uma vez que a produção hidroeléctrica foi sensivelmente a mesma do ano anterior. O Parque Termoeléctrico contribuiu com 15 392 GWh (57,3% do total do parque CPPE), cerca de 33,7% superior à do ano de 1997.



A explicação do aumento significativo da produção termoeléctrica, reside na diminuição significativa do saldo importador, cerca de 10 vezes menor (273 GWh), para além da satisfação do aumento dos consumos, aumento este da ordem dos 5,8%.

Cerca de 76% da produção líquida da CPPE, em 1998, advém do contributo das centrais de Sines, com 31,2%, de Setúbal, com 18,7% e do Centro de Produção Douro, com 26,3%.

De realçar ainda relativamente à Central do Carregado, o aumento da produção líquida que passou de 168 GWh em 1997 para 1 682 GWh em 1998, dos quais 645,8 GWh foram obtidos por utilização de gás natural nos Grupos 5 e 6. O valor da Central de Setúbal, referido acima, corresponde também a cerca do dobro do verificado no ano anterior.



## Produção Líquida de Electricidade (GWh)

Designação	1996	1997	1998	Variação 97/98 (%)
<b>Centros de Produção Hidroelétricos:</b>				
CL-Sistema Cávado-Lima	2 915	2 376	2 694	13,4
DR-Sistema Douro	7 934	7 385	7 082	-4,1
TM-Sistema Tejo-Mondego	2 290	1 762	1 731	-1,8
<b>Parque Hídrico</b>	<b>13 138</b>	<b>11 523</b>	<b>11 506</b>	<b>-0,1</b>
<b>Centrais Térmicas:</b>				
TO-Tapada do Outeiro	105	268	73	-72,7
CG-Carregado	245	168	1 682	900,6
BR-Barreiro	94	138	209	51,5
SB-Setúbal	2 351	2 558	5 035	96,8
SN-Sines	8 417	8 381	8 385	
TG-Turbinas a Gás	0	0	8	
<b>Parque Térmico</b>	<b>11 212</b>	<b>11 513</b>	<b>15 392</b>	<b>33,7</b>
<b>Total CPPE</b>	<b>24 350</b>	<b>23 036</b>	<b>26 899</b>	<b>16,8</b>

A repartição da produção pelos parques hidroelétrico e termoelétrico foi naturalmente condicionada pela evolução das afluências e por outros factores de exploração relativos às centrais térmicas.

Assim, o parque hidroelétrico contribuiu para a produção global da CPPE com 11 506 GWh, valor que corresponde a 42,8% da produção total da empresa.

### Disponibilidade

A taxa de disponibilidade anual do parque hidroelétrico atingiu 96,1%, valor superior em 4,5 p.p. ao verificado em 1997 e o melhor de sempre da história do referido parque.

No parque termoelétrico a taxa de disponibilidade anual foi de 90,4%, contra 88,6% do ano anterior, valor que se pode considerar muito bom face aos níveis das congéneres estrangeiras.

A utilização média anual na disponibilidade dos parques hidroelétrico e termoelétrico foi respectivamente de 35,6% e 58,2%.

### Produção de Vapor e Cinzas

Os fornecimentos de vapor para clientes industriais, a partir da Central do Barreiro, totalizaram 641 mil toneladas o que representa um aumento de 7% relativamente ao ano anterior.

As vendas de cinzas volantes da Central de Sines, destinadas à indústria cimenteira e à construção civil atingiram as 259 mil toneladas, representando um decréscimo de 12% relativamente a 1997.

# Aprovisionamento de Combustíveis

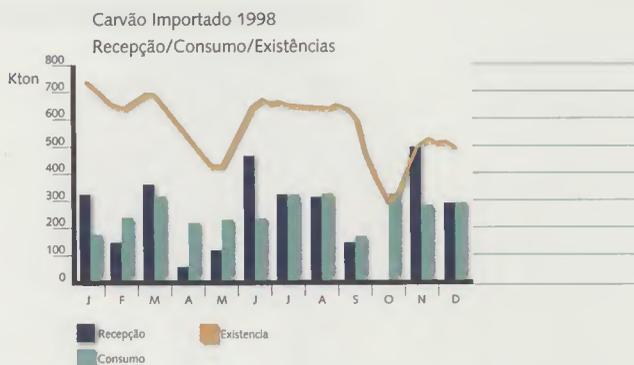
## Carvão

Os trabalhos de introdução de novos queimadores de baixo teor de NOx na Central de Sines condicionaram em certa medida o volume de carvão consumido, que se manteve porém na ordem dos 3 milhões de toneladas, concretamente 3,1 Mton.

Durante 1998 assistiu-se ao aprofundamento do desequilíbrio do mercado de carvão, em termos de excesso de oferta, iniciado no ano anterior por força da recessão económica centrada no Extremo Oriente. Esta baixa do carvão, associada ao enfraquecimento dos fretes e ainda à redução significativa da quota dos EUA no cabaz da CPPE, contribuíram para a fixação do custo CIF do carvão em 39,4 USD/tec, valor inferior ao de 1997 (47,2 USD/tec) em 16,5%.

Em moeda nacional a redução foi somente de 12% por efeito do fortalecimento do USD, tendo-se verificado um custo médio anual de 7,4 contos/ton.

Relativamente à origem, a redução da participação de carvão norte-americano no cabaz foi no essencial compensada com o reforço da quota colombiana, mantendo-se as importações provenientes da África do Sul. Com menor expressão, os mercados venezuelano e australiano completaram as importações de carvão.



## Fuelóleo

O ano de 1998 ficou assinalado pela queda histórica dos preços do crude, tendo a cotação do barril de Brent no mercado londrino (IPE) desvalorizado já em meados de Dezembro cerca de 43% em relação à sua cotação no início do ano. Esta situação resultou fundamentalmente do excesso de oferta provocado pela quebra nas economias asiáticas.

As cotações do fuelóleo nas praças europeias acompanharam a evolução dos preços do crude, descendo da cotação FOB de 71,5 USD/ton em início de Janeiro para um valor médio em Dezembro de 47,5 USD/ton. Em Abril e Outubro os mercados oscilaram com alguma instabilidade, reflectindo as crises no Iraque.

Foram consumidas ao longo do ano 1 565 kton, cerca do dobro do que havia sido consumido em 1997. Este aumento foi devido ao ano hidrológico menos favorável

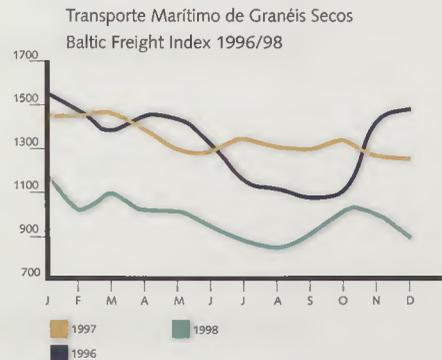
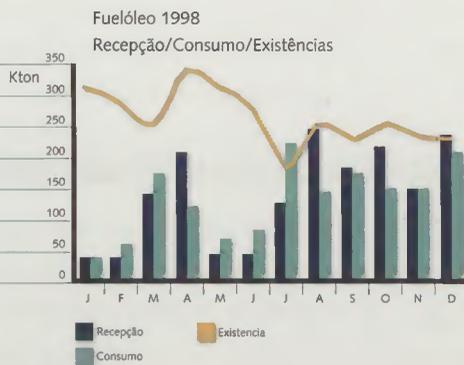


e à indisponibilidade da central a gás natural da Turbogás, ocasionando uma elevada solicitação no segundo semestre das centrais a fuelóleo do Carregado e da Tapada do Outeiro.

Em relação ao ano anterior, o preço médio do fuelóleo importado em 1998 desceu cerca de 25,3 USD/ton, situando-se na média anual de 67,9 USD/ton. A esta significativa redução do preço na origem contrapôs-se porém o efeito da subida do USD em 5 PTE/USD.

Em 1998 o transporte marítimo de todo o carvão adquirido na base FOB foi efectuado ao abrigo dos dois contratos em vigor, com taxas de frete indexadas ao mercado de ocasião. Esta indexação a um mercado em baixa levou a que o frete médio base fosse de apenas 4,85 USD/ton em 1998, quando no ano anterior havia sido de 6,65 USD/ton.

página 21



### Transporte Marítimo

O mercado de transporte marítimo de granéis secos sofreu em 1998 uma baixa acentuada, tendo o "Baltic Freight Index" atingido, no segundo semestre, os mínimos da década. Esta baixa é consequência directa da diminuição da procura de transporte, resultado da crise económica no Extremo Oriente, cujos efeitos já se faziam sentir em finais do ano anterior.



# Actividade Comercial

## Vendas de Electricidade

Relativamente ao ano anterior, a variação mais significativa ocorreu na parcela relativa à facturação de "Energia", justificada pelo efeito conjugado da maior produção de energia de origem térmica e da subida do dólar.

Durante o ano de 1998 foi atingido um volume de vendas de 208,1 milhões de contos repartidos da seguinte forma:

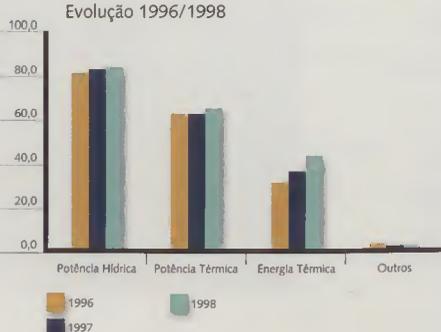
### Vendas de Electricidade / Facturação à REN

Unidade: milhões de contos

	1996	%	1997	%	1998	%
<b>Potência</b>	<b>155,3</b>	<b>80,1</b>	<b>156,2</b>	<b>79,0</b>	<b>158,5</b>	<b>76,2</b>
Aproveitamentos Hidroeléctricos	86,5	44,6	87,0	44,0	88,7	42,6
Centrais Termoeléctricas	68,8	35,5	69,2	35,0	69,8	33,6
<b>Energia</b>	<b>36,7</b>	<b>18,8</b>	<b>41,4</b>	<b>20,9</b>	<b>49,4</b>	<b>23,7</b>
Centrais Termoeléctricas	36,7	18,8	41,4	20,9	49,4	23,7
<b>Outros</b>	<b>1,9</b>	<b>1,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>
<b>Total</b>	<b>193,9</b>	<b>100</b>	<b>197,8</b>	<b>100</b>	<b>208,1</b>	<b>100</b>

A evolução nos últimos três anos, observada no gráfico seguinte, reflecte a influência do regime de hidraulicidade, na facturação de energia, traduzindo-se em maiores proveitos de energia com a diminuição de hidraulicidade.

Vendas de Electricidade  
Evolução 1996/1998



## Outras Actividades

No âmbito do Sistema de Informação do Mercado de Energia (SIME), iniciou-se a fase de teste do módulo relativo às Centrais Hidroeléctricas. Foi ainda transferido para a CPPE o património associado à telecontagem e ao equipamento informático.

- Foi estabelecida com a REN, uma extensão ao CAE dos Grupos 1 e 2 da Central de

Tunes até 2003 que segundo o contrato existente seriam desactivados no final de 1998;

- Assinou-se com a REN um acordo de alterações ao CAE das Centrais de Tunes e de Alto de Mira, visando a modificação da valorização dos stocks de gasóleo e do pagamento dos encargos variáveis;
- Estabelecidos acordos com a Transgás os princípios gerais de fornecimento de Gás Natural, à Central do Carregado, para além do Contrato de Fornecimento existente;
- Assinada a Adenda ao Contrato de Aquisição de Energia da Central de Sines, referente à instalação de novos queimadores de NOx.





## Novos Centros Produtores

Na área dos Novos Centros Produtores em curso, há a salientar o prosseguimento dos projectos do Reforço de Potência de Venda Nova e do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, que à frente se descrevem, e a continuação dos trabalhos de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alqueva.

Este novo centro electroprodutor que irá ser explorado pela CPPE de acordo com um contrato de exploração a celebrar com a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. , por um período de 30 anos, tem a sua entrada em serviço prevista para 2002 e será dotado de dois grupos reversíveis turbina/bomba de 120 MW cada, com uma produtividade média anual de cerca de 340 GWh.

## Reforço de Potência de Venda Nova

O desenvolvimento deste projecto, cuja entrada em serviço está prevista para meados de 2003, decorreu com algum atraso relativamente ao programa estabelecido, devido a estar ainda em curso o processo de licenciamento do respectivo Projecto Base, que se encontra em apreciação pelas Entidades Oficiais desde o final de 1997.

Este novo centro electroprodutor, será dotado de uma central subterrânea em caverna, equipada com dois grupos reversíveis com uma potência de 2x93 MW a que corresponderá uma produção média anual de 220 Gwh.

## Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor

No âmbito do projecto deste empreendimento, cuja responsabilidade de execução está atribuída à CPPE foram elaborados os principais documentos do Estudo Prévio envolvendo, nomeadamente, o Projecto Geral, os Estudos Hidrogeológicos, os Estudos Geológicos e de Caracterização Geotécnica e também os Estudos de Ambiente.

Esta última componente, constituída pelo Estudo de Impacte Ambiental, tem estado a ser desenvolvida em ligação com a Comissão de Acompanhamento do Ministério do Ambiente.

Este aproveitamento tem entrada em serviço prevista para 2007.

## Centros Electroprodutores em Exploração

No âmbito dos centros electroprodutores em exploração há a realçar o prosseguimento da instalação de queimadores de baixo teor de NOx na Central de Sines (Grupo 1), a exploração já com bastante significado em termos de consumo de gás natural dos Grupos 5 e 6 da Central do Carregado, após reconversão, e início dos trabalhos referentes à instalação do telecomando integrado da globalidade das Centrais Hidroeléctricas da CPPE.

### **Redução do Teor de Emissões de NOx na Central de Sines**

No âmbito do programa de redução de emissões de NOx na Central de Sines procedeu-se à instalação no Grupo 1 de novos sistemas de queima, como forma de implementação das medidas primárias de redução do teor de óxidos de azoto nas emissões, tendo o grupo entrado em funcionamento no fim de Junho. Esta acção será estendida aos restantes grupos desta central no decurso dos anos 1999 e 2000.

### **Telecomando Único dos Aproveitamentos Hidroeléctricos**

Iniciado o projecto de implementação do Telecomando Único para todas as Centrais Hidroeléctricas da CPPE, com o objectivo de substituição dos três Centros de Telecomando actualmente existentes e enquadrando-se na orientação estabelecida no Plano Estratégico da Empresa, visando uma racionalização de custos e uma reorganização de meios humanos.

Em termos de potência instalada no Parque Electroprodutor da CPPE, há a registar o descomissionamento do Grupo 1 (46,5 MW) da Central da Tapada do Outeiro, com efeitos a partir do início do ano, de acordo com o programa de desactivação desta central previsto no respectivo Contrato de Aquisição de Energia.





No ano de 1998 consolidou-se a estrutura da Direcção de Recursos Humanos e orientou-se a sua actividade na prossecução dos objectivos estratégicos da CPPE, decorrente da implementação dos Planos de Melhorias das Funções de Apoio.

A política de Recursos Humanos em desenvolvimento durante 1998, prosseguiu os seguintes objectivos orientadores:

- Ajustamento dos recursos humanos às necessidades da empresa, assente numa perspectiva de valorização profissional, de movimentação interna, e no apoio a novas oportunidades profissionais para os colaboradores, tanto interna como externa;
- Ajustamento da organização, enquadrada pela análise estratégica entretanto efectuada, com o objectivo de garantir maior flexibilidade orgânica e que potencie a implementação de métodos e procedimentos, mais alinhados com os desafios e objectivos da empresa;
- Aposta na gestão das pessoas assente na componente motivacional e social, através das acções de desenvolvimento da cultura de empresa, de evolução de carreira, da

atribuição de prémios de desempenho, distribuição de resultados e na acção social;

- Privilegiar nas áreas de segurança e saúde, acções preventivas, tanto na medicina no trabalho como nas condições de trabalho, com recurso igualmente a acções de sensibilização.

Realizaram-se igualmente actividades "Outdoor" com a participação de colaboradores de todos os níveis profissionais visando reforçar o trabalho em equipa, a cultura de empresa, o estabelecimento de relações sociais através de um salutar convívio.

Continuou-se a desenvolver acções de sensibilização e de prevenção contra a toxicod dependência em ambiente industrial (Centrais Térmicas e Hidráulicas) envolvendo colaboradores e familiares contando-se para o efeito com a colaboração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência do Ministério da Saúde.

Em 31 de Dezembro de 1998, faziam parte dos quadros da CPPE, 1 907 trabalhadores, o que corresponde a uma redução de 164 efectivos, incluindo a integração de alguns trabalhadores de outras empresas do Grupo.

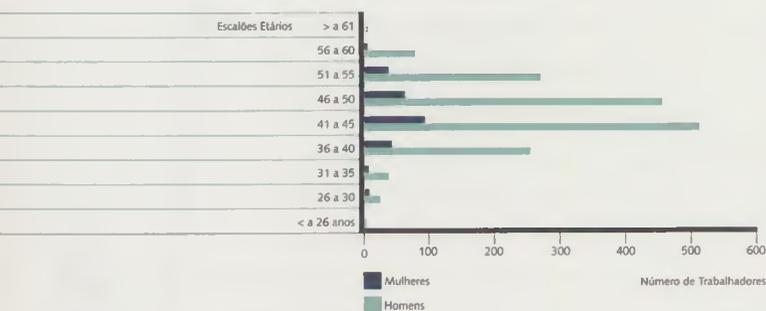
## Quadro de Pessoal / Evolução 1996/98

Categorias Profissionais	1996		1997		1998*	
		%		%		%
Directores/Chefias Superiores	39	1,8	45	2,2	38	2,0
Quadros Superiores	321	14,9	299	14,4	282	14,8
Quadros Médios	117	5,4	111	5,4	96	5,0
Chefias de Secção	26	1,2	24	1,2	18	0,9
Prof. Altamente Qualificados	674	31,3	657	31,7	680	35,7
Prof. Qualificados	572	26,6	559	27,0	480	25,2
Prof. Semi-qualificados	356	16,5	333	16,1	278	14,6
Prof. Não Qualificados	47	2,2	43	2,1	35	1,8
<b>Total</b>	<b>2 152</b>	<b>100,0</b>	<b>2 071</b>	<b>100,0</b>	<b>1 907</b>	<b>100,0</b>

\* Não inclui os Órgãos Sociais da CPPE.

A estrutura etária dos trabalhadores concentra-se essencialmente na faixa dos 40 aos 50 anos, sendo a média de idades de 45 anos.

Estrutura Etária

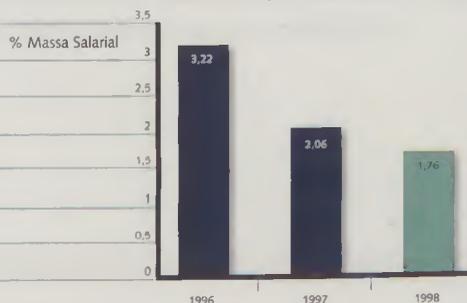


## Formação

Durante o ano realizaram-se 300 acções de formação, frequentadas por 909 formandos totalizando 4 409 dias de formação. Estas acções enquadram-se no Plano Anual de Formação e pretendeu-se reforçar competências técnicas e humanas dos colaboradores.

A taxa de participação foi de 47,7%. O gráfico seguinte ilustra a taxa de esforço financeiro nos últimos três anos, e reflecte o esforço de formação realizado, o qual teve como objectivos a sua adequação às necessidades de desenvolvimento da Empresa.

Taxa de Esforço Financeiro

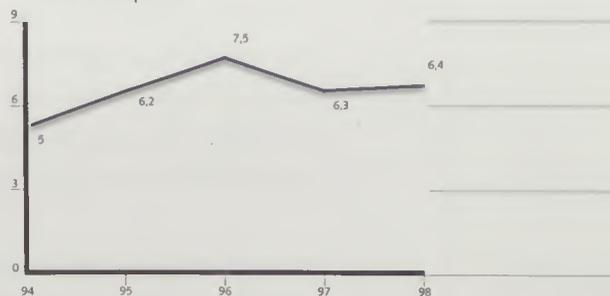


Neste âmbito destacamos a realização da acção sobre "A Mudança na CPPE e o Atendimento Interno", com o envolvimento de um muito significativo número de trabalhadores. Realça-se igualmente o início do curso de Encarregados de Condução de Centrais Térmicas, e a realização de formação na área de Gestão para Direcção e Alta Direcção.

## Prevenção e Segurança

Os indicadores relativos à sinistralidade em 1998 continuam a evoluir de forma sustentada, tendo-se reduzido o número de acidentes, não tendo ocorrido qualquer acidente mortal. O gráfico do índice de frequência, abaixo apresentado é ilustrativo da evolução referida.

Índice de Frequência





O ano de 1998, pode considerar-se como um ano de mudanças ao nível dos Sistemas de Informação – SI e à sua função específica dentro da CPPE, tendo como objectivo principal e fundamental a garantia de um serviço eficiente, que permita disponibilizar a informação atempadamente, constituindo um instrumento de apoio ao negócio.

Torna-se evidente que a melhoria de eficiência tem que ser acompanhada por uma redução de custos, não só através de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, mas também através da centralização das actividades com as inerentes economias de escala e da standardização dos equipamentos e do software, e também através de sistemas de controlo do desempenho e qualidade de serviço.

Os investimentos na área dos SI passaram a ser analisados como qualquer outro investimento, numa óptica de benefício / custo e a sua implementação sujeita a aprovação do Comité de Sistemas e Conselho de Administração, com base em estudos de viabilidade económica.

Foi com base nesta filosofia que a área dos SI participou no estudo da nova solução e elaboração das especificações para o "Sistema de Gestão de Combustíveis", o qual é considerado crítico para a Empresa.

De assinalar também a coordenação, no âmbito da Empresa, da "Equipa de Projecto 2000 - EURO", o qual tem por objectivo a certificação, de compatibilidade com o ano 2000, das várias centrais, térmicas e hídricas sendo, por isso, um projecto crítico e da maior relevância para um sector tão delicado como o da produção de energia eléctrica.

A reestruturação que ocorreu ao longo do ano, no âmbito do Plano Estratégico da CPPE, e que continuará durante o próximo ano, deverá conduzir a função dos SI, para a sua verdadeira missão de acrescentar valor ao negócio de produção de energia, mas contribuindo para a redução do custo do KWh produzido, tendo sempre em conta as linhas orientadoras do Plano Director de Sistemas do Grupo EDP.

# Qualidade

Dada a importância atribuída à satisfação de clientes, deu-se continuidade ao processo de auscultação anual da REN - Rede Eléctrica Nacional, S. A., empresa a quem foi enviado um questionário, no início do ano, para conhecer o seu grau de satisfação sobre a qualidade do serviço prestado pela CPPE durante o ano de 1997. Da análise da percepção da REN, foi possível constatar, além do bom desempenho global da CPPE, uma melhoria em termos globais relativamente ao ano anterior, e uma significativa evolução positiva no tocante ao aprovisionamento de combustíveis.

Reconhecida a importância estratégica da manutenção das centrais termoeléctricas, pelos ganhos significativos que aí se prevê obter, e após a criação da Unidade de Manutenção Comum da Direcção de Produção Térmica, foi decidido implementar um Sistema de Gestão da Qualidade naquele departamento. Este sistema, iniciado em finais de 1998, deverá estar implantado e em aplicação em Agosto do ano 2000.

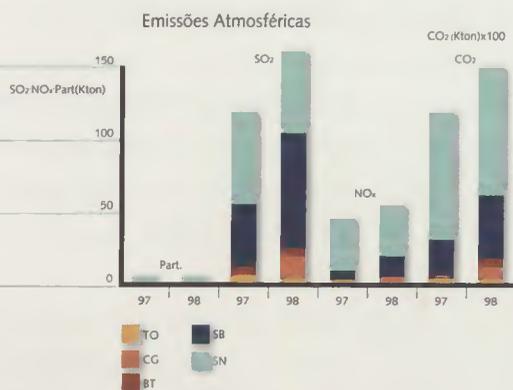




No âmbito da *Declaração de Política de Ambiente da CPPE*, que define os princípios básicos que devem presidir ao desempenho ambiental da Empresa, tiveram lugar durante o ano de 1998 diversas acções ambientais relevantes, de que se destacam as seguintes:

- Foi dada continuação ao Programa de Auditorias Ambientais da CPPE, tendo sido realizada a 2ª auditoria ambiental interna na Central de Setúbal, e seleccionado o verificador independente para efeitos de obtenção da certificação ambiental dessa central;
- Foi preparada a 1ª versão do Manual de Gestão Ambiental, assim como os procedimentos operacionais relativos ao ambiente, a implementar prioritariamente na Central de Setúbal, no âmbito do processo de certificação ambiental desta instalação;
- Em relação ao Plano de Redução de Emissões de NOx na Central de Sines, foram concluídos os ensaios de optimização de queima e dos ensaios de verificação da garantia, no Grupo 1 da Central de Sines, tendo o grupo entrado em serviço industrial. Adjudicação da montagem de novos queimadores no Grupo 3, com início previsto para o mês de Fevereiro de 1999;
- No que respeita ao Projecto de Reflorestação da Serra da Arrábida, foram adjudicadas as empreitadas para a realização das infraestruturas das novas estufas na Central de Setúbal e concluída a recuperação das antigas estufas piloto;
- Análise dos estudos de caracterização do estado trófico das albufeiras da CPPE e das campanhas de monitorização da qualidade da água realizados pela LABELLEC - Grupo EDP;
- Vigilância da qualidade da água das albufeiras e dos sistemas autónomos de abastecimento de água potável aos aproveitamentos;
- Colaboração com a Direcção Geral de Florestas no estudo das zonas de desova da lampreia no rio Tejo, a jusante do aproveitamento de Belver;
- Colaboração com a Câmara Municipal da Guarda na melhoria do abastecimento de água potável à cidade da Guarda, evitando-se a descida do nível da albufeira do Caldeirão para valores inferiores ao mínimo de exploração e estabelecimento de um acordo com a Câmara Municipal de Gondomar para a recolha do lixo retirado das grelhas das tomadas de águas dos grupos;
- Colaboração com o INAG - Instituto Nacional da Água, para a realização dos Planos de Ordenamento das albufeiras da Régua, Carrapatelo, Cabril e Bouçã.

Como se pode verificar no gráfico seguinte, verificou-se um aumento global das emissões em 1998, facto que reflecte a maior taxa de utilização das centrais térmicas. Este aumento teve mais significado para o SO<sub>2</sub> devido à maior utilização relativa das centrais a fuelóleo (Carregado e Setúbal).



As emissões de NO<sub>x</sub> foram determinadas com base na metodologia definida no âmbito do Plano Nacional de Redução das Emissões Atmosféricas, cujos objectivos foram globalmente cumpridos.



# Investigação e Desenvolvimento (I&D)/Internacionalização



## Projectos de I&D

No seguimento da actividade de I&D desenvolvida em anos anteriores, a Empresa, em parceria com Institutos e Universidades Portuguesas e Organismos Internacionais, continuou, durante o ano de 1998, a impulsionar a inovação tecnológica e a implementação de novos processos orientados para a Optimização da Exploração, visando a melhoria da Qualidade de Serviço, da Eficiência das Instalações e da Caracterização Ambiental.

Em parceria com entidades nacionais, a CPPE participou em 6 estudos e projectos de I&D: três na área do Ambiente, juntamente com o IST, a FCL e o INETI; e três na área da melhoria da fiabilidade e eficiência da produção térmica, juntamente com o INESC e o ITN.

Ainda no âmbito dos projectos nacionais, a CPPE continuou envolvida, com total responsabilidade pela concepção e instalação, no projecto de Reguladores Automáticos de Nível das Albufeiras.

No âmbito dos projectos comunitários, iniciou-se em 1998, em parceria com várias empresas estrangeiras um projecto ao abrigo do programa BRITE EURAM, no âmbito dos posicionadores electropneumáticos inteligentes, para além de ter continuado a colaborar com a PROET, empresa do grupo EDP, em oito projectos ao abrigo dos programas BRITE EURAM, ESPRIT, PRIMA II e TELEMATICS APPLICATIONS.

Em termos de investimento as actividades de I&D envolveram no conjunto um montante superior a 200 mil contos.

## Internacionalização

Inserido no esforço que a EDP tem vindo a fazer na internacionalização, a CPPE juntamente com outras empresas do Grupo, apoiou a INTERNEL no Consórcio PETROENERGIA, constituído, além da EDP, pelo Banco ESSI, PARTEX e IAT-ENERGIA, Lda., com o objectivo de elaboração de propostas a apresentar à PETROBRAS no âmbito da instalação de centrais de cogeração em nove refinarias desta empresa.

O Consórcio, após ter sido qualificado para o concurso, efectuou várias missões técnicas ao Brasil visando definir detalhadamente as especificações para os sistemas de cogeração e centrais termoeléctricas para as instalações da PETROBRAS. Como resultado das propostas apresentadas a EDP foi já seleccionada para a construção de uma primeira central de cogeração de 30 MWe e 115 t/h de vapor, estando ainda a decorrer iniciativas, no âmbito do concurso, que poderão culminar com novas adjudicações.

# Auditoria Interna

No exercício de 1998, deu-se continuidade ao alargamento da intervenção da auditoria, tendo por objectivo contribuir para a melhoria do funcionamento e da organização da empresa e apoiar o controlo estratégico e operacional.

Na prossecução destes objectivos destacam-se as acções realizadas nas áreas de compras e aprovisionamentos, empreitadas e prestação regular de serviços, gestão de combustíveis em parque, análise de valores contabilísticos, circularização de saldos de terceiros, funcionamento e gestão dos armazéns e das tesourarias.



O ano de 1998 fica marcado pela reestruturação das Áreas de Comunicação e Documentação, que resultou na criação do *Gabinete de Comunicação e Documentação*, pela junção do Departamento de Comunicação com o Grupo de Actividade de Documentação.

Houve ainda uma aposta clara no desenvolvimento e aprofundamento da Comunicação Interna, sem descurar, no entanto, a vertente externa com a afirmação da imagem da Empresa, além da projecção das actividades da Documentação, resultante da sua maior visibilidade, permitindo assim o seu melhor aproveitamento junto dos Técnicos da CPPE, como clientes, contribuindo para o esforço colectivo de Mudança na Empresa.

Das actividades de Comunicação e Documentação, destacam-se as acções:

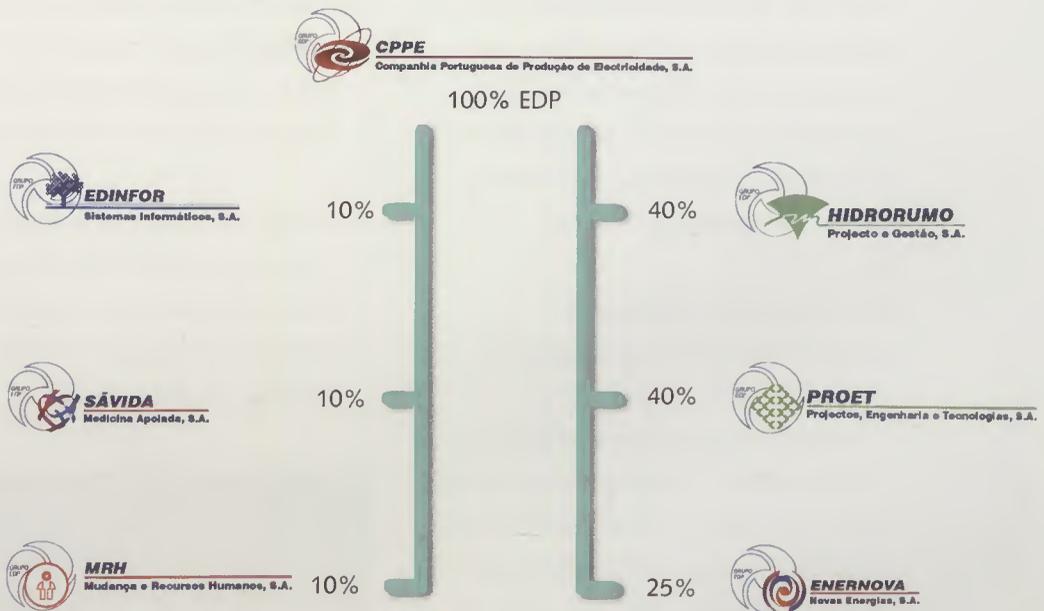
- Concepção, elaboração e publicação do "*CPPE Notícias*", periódico mensal, propício a uma informação factual, acompanhando o desenvolvimento da Reflexão Estratégica e dos consequentes Planos de Melhorias Operacionais, contribuindo assim, em tempo, para o acompanhamento do processo em curso por todos os trabalhadores;
- Desenvolvimento do Plano de Comunicação Interna nas suas múltiplas vertentes, com especial incidência na criação dos mecanismos necessários à execução prática, no que concerne à Comunicação em Linha e à constituição dos Grupos Locais de Apoio à Comunicação-GLAC;
- Organização do 7º Encontro da CPPE na Costa da Caparica, subordinado ao tema da "Análise Estratégica" e à apresentação dos Planos de Actividades das diferentes Unidades Organizativas da Macroestrutura;
- Participação activa no processo de estudo, alterações do Sistema Integrado de Informação Especializada para o Grupo EDP, que será implementado durante o ano de 1999 na área da Documentação.
- Participação em feiras e outros eventos, como meio privilegiado de integração das comunidades locais, com reflexo positivo no relacionamento com os centros produtores da Empresa.



## Empresas Participadas

Durante o exercício, agora findo, não houve qualquer alteração nas participações financeiras da Empresa, que são as seguintes:

HIDRORUMO	40%
PROET	40%
ENERNOVA	25%
EDINFOR	10%
SÁVIDA	10%
MRH	10%





## Performance Empresarial

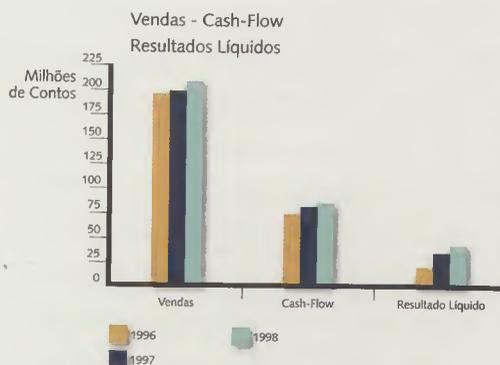
As **Vendas** da Empresa, no exercício de 1998, atingiram o montante de 209,1 milhões de contos, correspondentes a um crescimento de 5,2% face ao ano anterior. Daquele valor, cerca de 208 milhões de contos foram provenientes de vendas de energia enquanto que o restante resultou, essencialmente, de vendas de vapor e cinzas.

O **Resultado Líquido** de 45,4 milhões de contos, representa uma melhoria de 26,2 % em relação a 1997, e demonstra o carácter sustentado de desempenho e crescimento da empresa.

Como consequência destes resultados, a *rendibilidade das vendas* foi de 21,7%, contra 18,1% verificado no ano anterior, e a *rendibilidade dos capitais próprios* cresceu dos 6,7%, em 1997, para 8,4% no exercício agora findo.

Durante este exercício foi gerado um **Cash-flow** de 87 milhões de contos, 5,6% - cerca de 4,6 milhões de contos - superior ao ocorrido no exercício anterior. Estes meios libertos permitiram um auto-financiamento mais do que suficiente para fazer face ao investimento realizado (10,9 milhões de contos), às necessidades financeiras operativas da empresa, possibilitando, ainda, realizar, no

final do ano, uma "amortização extraordinária" da Dívida à EDP, S.A. - Suplementos Adicionais, no valor de 13,8 milhões de contos.



Este desempenho económico permitiu consolidar a situação financeira da empresa, tanto em termos de estrutura como em termos de solvência, como se poderá verificar nos documentos financeiros, adiante apresentados.

## Despesas de Investimento

Durante o corrente exercício, a Empresa investiu 10 933 milhares de contos, valor que inclui 1 180 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

Daquele montante, cerca de 29% destinaram-se a empreendimentos ligados à **Produção Hídrica**, cerca de 63% em **Centrais Térmicas** e os restantes 8% em Investimento Não Específico, Projectos de I&D e outros.

## Investimento / Evolução 1996/98

Unidade: milhares de contos

Designação	1996	1997	1998		Custos Totais
	Custos Totais	Custos Totais	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	
<b>Específico</b>					
<b>Produção Hidráulica</b>	<b>7 459</b>	<b>7 571</b>	<b>3 079</b>	<b>85</b>	<b>3 163</b>
Aproveitamentos em Construção	5 119	3 600	-	-	-
Aproveitamentos a Lançar	232	1 268	1 588	-	1 588
Aproveitamentos em Exploração	2 108	1 601	880	79	959
Projectos Especiais	-	1 101	611	5	617
<b>Produção Térmica</b>	<b>5 546</b>	<b>7 806</b>	<b>5 825</b>	<b>1 096</b>	<b>6 920</b>
Centrais em Exploração	3 862	871	2 093	87	2 180
Projectos Especiais	1 684	6 935	3 732	1 009	4 741
<b>Estudos e Projectos</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>23</b>
<b>Projectos de I &amp; D</b>	<b>153</b>	<b>242</b>	<b>230</b>	<b>-</b>	<b>230</b>
<b>Outro (não Específico)</b>	<b>464</b>	<b>2 897</b>	<b>596</b>	<b>-</b>	<b>596</b>
<b>Total</b>	<b>13 642</b>	<b>18 536</b>	<b>9 752</b>	<b>1 180</b>	<b>10 933</b>

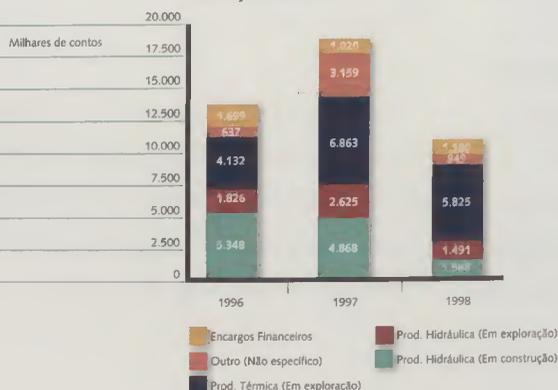
No âmbito dos **empreendimentos hidroeléctricos** destaca-se o valor realizado em "estudos e projectos" nos novos aproveitamentos de Venda Nova II e Baixo Sabor, superior a 50% do total da produção hidráulica.

Nos **empreendimentos da produção térmica**, 69% do total do investimento realizado

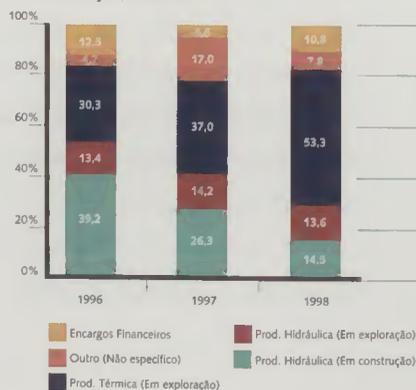
nestas centrais, destinaram-se a "projectos especiais", dos quais se realça o investimento na Revitalização e Reconversão para Queima Dual dos Grupos 5 e 6 da Central do Carregado, bem como o efectuado na Instalação de Queimadores de Baixo NOx visando a redução dos impactos ambientais, na Central de Sines.



Investimento  
Evolução 1996/98



Investimento  
Evolução 1996/98





Ao longo do ano de 1998, a Empresa amortizou, conforme inicialmente previsto, 28,7 milhões de contos da sua Dívida à Holding EDP, SA - 27,6 milhões de contos relativos à *Dívida Inicialmente Alocada* e 1,1 milhões de contos dos *Suprimentos de Longo Prazo*.

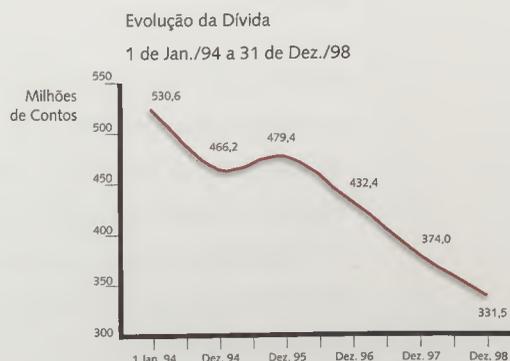
Os encargos financeiros - juros e diferenças de câmbio - respeitantes ao Serviço de Dívida, atingiram no ano, cerca de 18,9 milhões de contos, sendo 18,2 milhões de contos relativos à *Dívida Inicialmente Alocada* e o restante 0,7 milhões de contos aos *Suprimentos de Longo Prazo*.

Tal como nos anos anteriores - mais propriamente desde a reestruturação da EDP, em 1994 - a gestão da Dívida da CPPE perante a Holding foi efectuada no âmbito do Serviço de Dívida Global do Grupo tendo incumbido à Direcção Financeira da Holding - em sintonia com as Empresas do Grupo - a aplicação da política e dos critérios consensualmente definidos, uma e outros consentâneos com as realidades financeiras e estratégicas da EDP, S.A.

Neste contexto, foi proposto, no final do ano pela CPPE e aceite pela Holding, uma Amortização Extraordinária de 13,8 milhões de contos, correspondente ao saldo da Dívida dos *Suprimentos de Longo Prazo*, em 31 de Dezembro de 1998, concedidos pela Holding à CPPE no final de 1995, nas condições então definidas.

Desta forma, a dívida total da CPPE à Holding EDP - que no final de 1997 era de 374 milhões de contos - passa, no final do exercício de 1998, para 331,5 milhões de contos, sendo composta exclusivamente por *Dívida Inicialmente Alocada*.

Como se verifica no gráfico seguinte, a Dívida de Médio/Longo Prazo da Empresa manteve, em 1998, a trajectória descendente retomada em exercícios anteriores, registando um decréscimo líquido total da ordem dos 199,1 milhões de contos - menos 37,5% - relativamente à data do arranque formal da Empresa - Janeiro de 1994.



## Perspectivas para o Ano de 1999

Para o ano de 1999, será relevante o prosseguimento da implementação das melhorias operativas ao nível das Direcções de Produção e das melhorias nas funções e processos centrais de apoio, no âmbito do Plano Estratégico da CPPE.

No que se refere aos investimentos haverá uma política que será cada vez mais selectiva e basicamente orientada para:

- Novos Centros Produtores (Venda Nova II e Baixo Sabor);
- Redução do impacto ambiental (redução das emissões de NOx na Central Térmica de Sines);
- Modernização tecnológica e melhorias organizativas (substituição dos computadores de processo da Central Térmica de Sines, instalação do sistema de Telecomando Único das Centrais Hidroeléctricas e modernização da Central de Castelo de Bode).

Em harmonia com os objectivos estabelecidos para o Grupo EDP, impõe-se um grande esforço na redução dos custos, nomeadamente no que se refere a Fornecimentos e Serviços Externos e de Pessoal.

Num contexto de profundas mudanças, visando uma liberalização do mercado de energia europeu, a CPPE irá assegurar um

adequado acompanhamento das alterações que se vierem a verificar, particularmente no funcionamento do mercado Ibérico.

Antevendo a possibilidade de expansão do sistema electroprodutor por via térmica, serão dados os passos necessários para uma eventual atribuição à CPPE de responsabilidade na construção e exploração da segunda central de ciclo combinado a gás natural, que entrará em serviço na sequência da instalação em Sines de um terminal de gás liquefeito.

Em face dos elevados padrões já alcançados haverá uma grande preocupação na manutenção sustentada dos valores de disponibilidade e eficiência nas Centrais Térmicas e Hídricas do nosso parque electroprodutor, contribuindo para uma estabilização do nível das receitas da CPPE.

Os Sistemas de Informação continuarão numa fase de adaptação às necessidades concretas do negócio tendo em consideração as orientações estabelecidas pelo Plano Director de Sistemas do Grupo EDP. Será relevante a colaboração a prestar pela CPPE no desenvolvimento do futuro Sistema de Informação de Apoio à Gestão (SIAG) da EDP.

No seguimento do processo de adaptação que tem vindo a ser desenvolvido face às exigências impostas pelo ano 2000, irão ser





realizados alguns testes finais aos sistemas de controlo e informação (de processo e de gestão) tendo em vista o sistema de garantias 2000 do Grupo EDP.

Conhecida a capacidade e o nível de desempenho dos trabalhadores da CPPE, confirmados pelos resultados conseguidos nos últimos anos, é com grande optimismo que o CA encara os desafios que se antevêm no futuro próximo num sector em profunda mudança.

# Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da CPPE, propõe que o *resultado líquido* do exercício de 1998 no valor de 45 446 971 061\$00, tenha a seguinte *aplicação*:

Para Reserva Legal	2 272 350 000\$00
Para Dividendos	41 500 000 000\$00
Resultados a Distribuir aos Trabalhadores	525 860 000\$00
Para Resultados Transitados	1 138 761 061\$00





No encerramento do Relatório do Exercício de 1998, o Conselho de Administração assinala e agradece todo o empenhamento, dedicação e elevado profissionalismo demonstrado por todos os Quadros e Trabalhadores da CPPE, sem os quais não teria sido possível obter os resultados verificados.

Deseja igualmente deixar registado o agradecimento a todas as pessoas e entidades que, durante o exercício de 1998, deram o seu apoio e ajudaram a alcançar o nível de resultados obtidos, nomeadamente:

- Ao seu principal cliente, a REN - Rede Eléctrica Nacional, SA pelo excelente relacionamento e empenho para, em conjunto, garantir a satisfação das necessidades de energia eléctrica do País;
- Aos auditores externos Ernst & Young;
- Ao revisor oficial de contas.

Finalmente, o Conselho de Administração agradece também o significativo e importante apoio e estímulo recebido do Conselho de Administração da EDP, S.A.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1999

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Lucena Ferreira  
Presidente

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado  
Vogal

Luís da Silva Carrilho  
Vogal



44	Prestação de Contas
50	Indicadores Relevantes

# Prestação de Contas

A evolução positiva dos resultados da Empresa, consequência do adequado controlo das variáveis-chave do negócio e do bom desempenho económico, tem permitido melhorar os indicadores operativos e de rendibilidade e contribuído para consolidar o seu equilíbrio financeiro.

## Balanço

Esse equilíbrio é demonstrado pelo quadro comparativo, da situação patrimonial da Empresa, nos anos de 1996 a 1998.

No final do exercício o *Activo* apresentava, face ao ano anterior, uma redução de cerca de 37,3 milhões de contos, resultante, essencialmente, das amortizações do imobilizado, não compensadas, na totalidade, pela entrada em exploração de novos investimentos.

O *Imobilizado* encontrava-se, adequadamente, coberto por capitais permanentes e o *circulante* representava uma percentagem do *Activo*, mais elevada do que a do ano anterior, reflexo da transferência contabilística do valor do empreendimento de Foz Côa para uma conta de terceiros, relevando-se, deste modo, a responsabilidade do Estado para com a Empresa.

A amortização da Dívida à EDP, S.A., realizada durante o ano, conjugada com a "amortização extraordinária" no valor de 13,8 milhões de contos, efectuada no final do exercício, contribuíram para a redução do *Passivo*, que atingiu um montante de 42,6 milhões de contos.

De salientar que a percentagem do *Passivo* face ao *Activo Total* tem vindo a diminuir gradualmente ao longo dos anos, situando-se, em 31 de Dezembro de 1998, em apenas 43,9%, permitindo a existência de potencial capacidade de endividamento.

O valor dos *Capitais Próprios* aumentou de 5,3 milhões de contos, consequência do resultado líquido obtido e ainda não distribuído.

De referir que as variações verificadas no *Passivo* e nos *Capitais Próprios* foram, para além do referido, consequência do efeito da alteração de contabilização de benefícios de reformas, por entrada em vigor, neste exercício, da Directriz Contabilística nº 19, conforme se explicita nas notas 02 e 03 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, insertas neste relatório. Esta alteração provocou uma diminuição dos *Resultados Transitados* em 11,4 milhões de contos, em contrapartida da conta de *Provisões*.





## Balanço Comparativo

Unidade: milhares de contos

Designação	1996		1997		1998		Var. 97/98
	Valor	Estrutura %	Valor	Estrutura %	Valor	Estrutura %	
Activo	1 028 117	100,0	1 006 336	100,0	969 066	100,0	(3,7)
Imobilizado (líquido)	971 946	94,5	945 050	93,9	887 609	91,6	
Circulante	55 752	5,4	61 252	6,1	81 392	8,4	
Acrésc. e diferimentos	419	0,1	33	0,0	64	0,0	
Passivo	508 537	49,5	468 044	46,5	425 445	43,9	(11,5)
Exigível MLP	426 522	41,5	374 874	37,3	338 890	35,0	
Exigível CP	67 150	6,5	76 507	7,6	69 103	7,1	
Acrésc. e diferimentos	14 865	1,5	16 663	1,7	17 452	1,8	
Capitais Próprios	519 579	50,5	538 291	53,5	543 620	56,1	3,1
Passivo+Capitais Próprios	1 028 117	100,0	1 006 336	100,0	969 066	100,0	(3,7)

Analisando alguns indicadores financeiros, constata-se o reforço da solidez financeira da Empresa, como se verifica pela sua *Autonomia Financeira (capitais próprios/activo)* cujo índice melhorou de 53,5%, no ano anterior, para 56,1% no final do exercício. Também o indicador de *Estrutura Financeira*, definido pela relação *capital próprio/passivo de ML prazos* apresenta uma melhoria - 1,4 em 1997 e 1,6 neste exercício - situando-se bem acima da unidade e dos referenciais

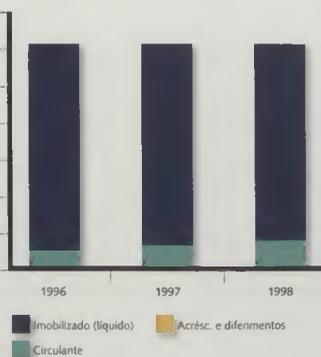
mínimos considerados pelas instituições financeiras, tendo em conta o carácter de capital intensivo da Empresa.

Reforçando o exposto, o índice de *solvabilidade (activo/passivo)* atingiu o valor de 2,3, ligeiramente superior ao do ano transacto, revelando, assim, a capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos financeiros.

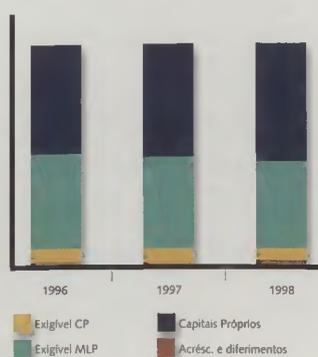
## Balanço

### Estrutura Evolutiva 1996/98

Activo



Passivo e Capitais Próprios



## Demonstração de Resultados

O *resultado líquido* obtido no Exercício, ascende a 45 447 milhares de contos, cerca de 26,2% superior ao ocorrido no ano anterior - mais 9 446 milhares de contos - provenientes, no essencial, da melhoria verificada nos resultados operacionais e resultados financeiros.

O *cash flow* gerado pela Empresa foi da ordem dos 86 984 milhares de contos - mais 4 588 milhares de contos que no exercício precedente - reflexo do acréscimo verificado nos resultados já que as *amortizações* e as *provisões líquidas* registaram decréscimos, respectivamente, da ordem de 1 401 milhares de contos e de 3 456 milhares de contos.

Conta de Resultados		Unidade: mil contos			
Designação		1996	1997	1998	Variação 97/98 - %
Vendas e Prestação de Serviços		194 764	198 791	209 077	5,2
Trabalhos para a Própria Empresa (*)		82	103	117	14,1
Produtos e Trabalhos em Curso		(33)	29	22	(25,0)
Outras Receitas Correntes		96	116	99	(15,0)
<b>Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado</b>		<b>194 909</b>	<b>199 039</b>	<b>209 315</b>	<b>5,2</b>
Electricidade			357	343	(4,1)
Combustíveis		35 717	41 006	49 485	20,7
Materiais Diversos		698	671	587	(12,5)
Correcção de Hidraulicidade					
Fornecimentos e Serviços Externos		11 730	12 357	11 454	(7,3)
Impostos Indirectos		60	23	52	132,7
<b>Consumos Corrigidos</b>	(-)	<b>48 205</b>	<b>54 413</b>	<b>61 921</b>	<b>13,8</b>
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	(=)	<b>146 704</b>	<b>144 626</b>	<b>147 394</b>	<b>1,9</b>
Despesas com Pessoal	(-)	13 143	13 439	13 841	3,0
Outros encargos de Exploração	(-)	1 095	1 082	1 038	(4,1)
Outros Proveitos de Exploração	(+)	549	484	464	(4,2)
<b>Excedente Bruto de Exploração</b>	(=)	<b>133 016</b>	<b>130 589</b>	<b>132 979</b>	<b>1,8</b>
Despesas Financeiras	(-)	37 536	25 714	18 984	(26,2)
Receltas Financeiras	(+)	938	3 204	1 919	(40,1)
Imputação Despesas Financ. a T.P.E.	(+)	1 699	1 020	1 180	15,7
Resultados Ext. e de Exercícios Anteriores	(+)	913	(703)	3 647	(618,6)
<b>Impostos Directos (IRC)</b>	(-)	<b>23 908</b>	<b>25 999</b>	<b>30 352</b>	<b>16,7</b>
<b>Cash-Flow</b>		<b>75 120</b>	<b>82 396</b>	<b>86 984</b>	<b>5,6</b>
Amortizações	(-)	46 237	45 374	43 973	(3,1)
Provisões Líquidas	(-)	7 314	1 021	(2 435)	(338,4)
<b>Resultado Líquido</b>		<b>21 569</b>	<b>36 001</b>	<b>45 447</b>	<b>26,2</b>

(\*) Sem Encargos Financeiros





Ao contrário do ocorrido no exercício anterior, os *Resultados Operacionais* tiveram um acréscimo, face a 1997, da ordem dos 4 168 milhares de contos, correspondentes a um aumento percentual de 4,9%, contribuindo, em mais de 40%, para o crescimento, já referido, dos *Resultados Líquidos*.

As *vendas totais* elevaram-se a 209 077 milhares de contos, dos quais 208 050 milhares de contos respeitantes a vendas de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., e os restantes relativos, essencialmente, a vendas de vapor e cinzas.

### Resultados 1998/97

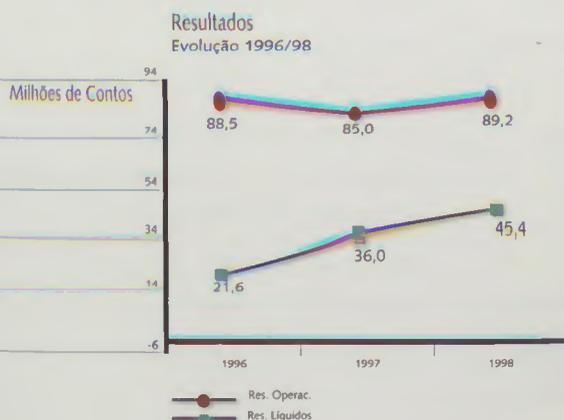
Unidade: mil contos

Designação	1997	1998	Variação %
Proveitos Operacionais	200 544	210 959	5,2
Custos Operacionais	115 495	121 743	5,4
<b>Resultado Operacional</b>	<b>85 049</b>	<b>89 216</b>	<b>4,9</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(22 511)</b>	<b>(17 065)</b>	<b>24,2</b>
<b>Resultado Extraordinário</b>	<b>(538)</b>	<b>3 647</b>	<b>777,9</b>
Resultado Antes do Imposto	62 000	75 798	22,3
IRC	25 999	30 352	16,7
<b>Resultado Líquido</b>	<b>36 001</b>	<b>45 447</b>	<b>26,2</b>

Este crescimento, significativo, dos resultados foi, também, reflexo da melhoria significativa ocorrida nos *Resultados Financeiros* consequência, na sua quase totalidade, da diminuição da taxa de juro da dívida à EDP/Holding.

O acréscimo de 5,2% do valor das *vendas de energia eléctrica*, face ao valor verificado no exercício anterior, foi resultado do aumento dos consumos (5,8%) de energia eléctrica e da diminuição do saldo importador que teve como consequência uma maior produção de origem térmica, com efeito no aumento do consumo de combustíveis, componente variável da facturação de energia, de acordo com os *Contratos de Aquisição de Energia*.

Do referido, resulta que os *proveitos inerentes ao valor acrescentado* - 209 315 milhares de contos - registam uma variação positiva de 5,2%, relativamente a 1997.



De entre os *custos operacionais* que, neste exercício, ascenderam a 121 743 milhares de contos - mais 6 248 mil contos (+ 5,4%) do ocorrido no exercício anterior - destaca-se o *consumo de combustíveis* cujo crescimento foi superior ao acréscimo verificado no conjunto daqueles custos.

Com efeito, o *consumo de combustíveis* - representativos de mais de 40% do total dos *custos operacionais* - cresceram, face ao ano transacto, cerca de 8 479 milhares de contos, consequência, como já referido, do aumento do recurso à produção de origem térmica, não obstante se ter verificado uma descida dos preços, sobretudo do fuel, nos mercados internacionais.

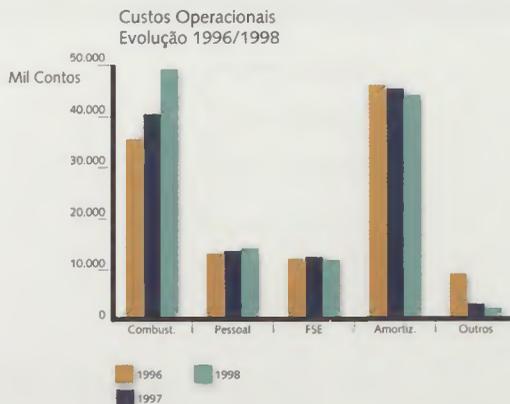
Os *Fornecimentos e Serviços Externos*, devido a um adequado controlo e de medidas decorrentes do Plano Estratégico em curso, registaram uma diminuição de 903 mil contos, correspondentes a menos 7,3% do verificado no período homólogo anterior.

O aumento de 3% dos *Custos com Pessoal* reflecte os ajustamentos da tabela salarial, as habituais requalificações dos trabalhadores e o reforço de prémios para pensões, atenuados pela redução de efectivos, que neste exercício atingiu o valor de 7,9%.

O valor das *Amortizações* regista um decréscimo de 1 401 milhares de contos, face ao exercício anterior, resultado da aplicação das taxas de amortização em vigor e da

diminuição do valor contabilístico dos activos líquidos não ter sido compensado, na totalidade, pela entrada em exploração de novos investimentos.

A diminuição das *Provisões* foi devida, no essencial, à anulação de uma provisão efectuada em exercício anterior para fazer face a um processo judicial, cujo desfecho foi, significativamente, favorável à Empresa.



Relativamente aos *custos correntes*, estes, situam-se em 140 726 milhares de contos, praticamente semelhante, aos verificados no exercício transacto, por influência da diminuição obtida nos *encargos financeiros* que compensaram o aumento dos *custos operacionais*.

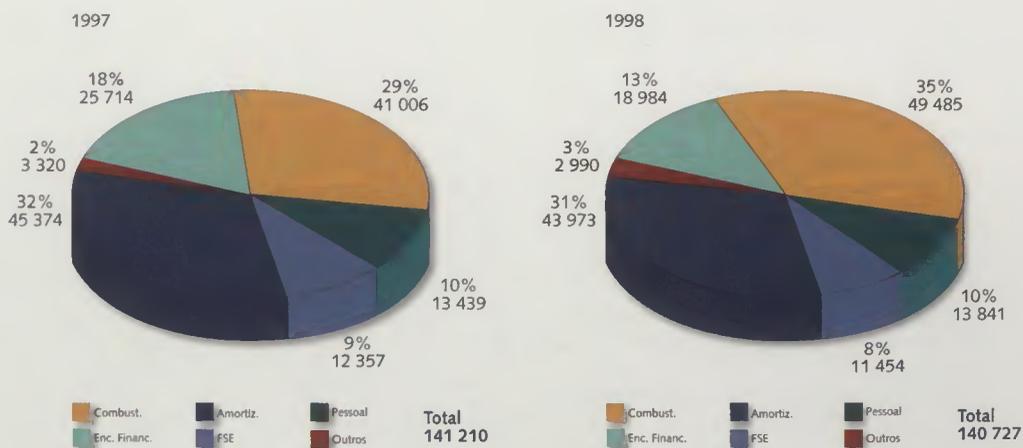
Com efeito registou-se um decréscimo dos *encargos financeiros*, no valor de cerca de 6 730 milhares de contos, fruto, como anteriormente referido, do significativo abaixamento das taxas de juro inerentes à Dívida da CPPE à EDP, S.A.



Embora o Grupo EDP proceda à consolidação fiscal, cada empresa está sujeita ao mesmo regime fiscal das sociedades comerciais, em geral. Assim, estimou-se para este exercício um IRC no montante de 30 352 milhares de contos, correspondentes a uma taxa efectiva de 40%, resultando a diferença para a taxa legal em vigor, do facto de existir parte de amortizações, por efeito de reavaliações, não aceite fiscalmente.

Como resultado do exposto a *estrutura de custos correntes* da Empresa em 1998, comparativamente à do ano de 1997, alterou-se ligeiramente. O peso dos *combustíveis* aumentou de 29 para 35% enquanto que o dos *encargos financeiros* baixou de 18 para 13%. As *amortizações* mantiveram o peso relativo da ordem dos 31%, tendo-se verificado o mesmo facto relativamente aos restantes custos - *fornecimentos e serviços externos, pessoal e custos diversos* - que, no seu conjunto, mantiveram semelhante peso relativo, 21%.

### Custos Correntes



# Indicadores Relevantes

Designação	1996	1997	1998
<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios</b>			
Result. líquidos / Capitais Próprios (%)	4,2	6,7	8,4
<b>Rendibilidade das Vendas</b>			
Result. líquidos/Vendas (%)	11,1	18,1	21,7
<b>Rendibilidade Económica</b>			
Result. operacionais / Activo (%)	8,6	8,5	9,2
<b>Rendibilidade Económica Bruta</b>			
Resultado Bruto / Activo (%)	12,9	13,0	13,7
<b>Rotação do Activo</b>			
Vendas / Activo (%)	18,9	19,8	21,6
<b>Autonomia Financeira</b>			
Capital Próprio / Activo (%)	50,5	53,5	56,1
<b>Liquidez Geral</b>			
Capitais Circ. / Passivo Curto Prazo (%)	83,0	80,1	117,8
<b>Estrutura Financeira</b>			
Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	77,9	64,7	56,5
<b>Capacidade de Autofinanciamento</b>			
Cash Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	629,0	470,4	891,9
<b>Cobertura do Imobilizado</b>			
Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	95,1	93,8	95,8
<b>Solvabilidade Total</b>			
Activo / Passivo	2,0	2,2	2,3
<b>Prazo Médio de Recebimentos (meses)</b>			
Cred. Correntes Clientes / Vendas * 12	1,2	1,0	1,2
<b>Taxa Cobertura das Existências Totais (meses)</b>			
Existências / Consumos * 12	5,3	3,8	2,3
<b>Taxa Cobertura de Comb. para Produção (meses)</b>			
Existências / Consumos * 12	5,1	3,7	2,2
<b>V.A.B. Per-Capita (Milhares de Contos)</b>			
V.A.B. / Efectivos	65,4	67,3	73,9
<b>Vendas Per-Capita ( Milhares de Contos)</b>			
Vendas / Efectivos	86,8	92,5	104,8







54	Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1998
56	Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 1998
58	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
78	Origem e Aplicação de Fundos
78	Fundos Circulantes
80	Demonstração dos Fluxos de Caixa
81	Anexo Referido no nº5 do Art.447 do Código das Sociedades Comerciais

# Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1998

## Activo

Unidade: Escudos

Notas	Exercício				
	1998		1997		
	AB	A/P	AL	AL	
<b>Imobilizado:</b>					
03.a	Imobilizações incorpóreas:				
08	Despesas de instalação	10.015.520	8.346.250	1.669.270	3.672.370
08	Despes.de investig. e desenvolvimento	492.001.831	143.797.990	348.203.841	446.604.201
	Imobilizações em curso	450.284.251		450.284.251	220.677.749
		952.301.602	152.144.240	800.157.362	670.954.320
03.b/10	Imobilizações corpóreas:				
	Edifícios e outras instalações	2.547.670.460	140.046.883	2.407.623.577	2.458.601.367
10.c	Equipamento básico	1.862.178.166.512	1.016.423.391.599	845.754.774.913	878.265.968.996
	Equipamento de transporte	767.931.520	518.560.999	249.370.521	258.723.386
	Ferramentas e utensílios	780.682.034	689.487.619	91.194.415	86.236.764
	Equipamento Administrativo	3.504.848.866	2.365.822.868	1.139.025.998	1.113.745.424
	Diferenças de câmbio	10.806.914.118	971.738.341	9.835.175.777	10.018.353.082
	Outras imobilizações corpóreas	86.107.976	60.122.517	25.985.459	28.743.181
	Imobilizações em curso	22.691.360.250		22.691.360.250	47.616.201.955
	Adiantamento p/conta imob.corpóreas	60.111.155		60.111.155	60.111.155
03.d.	Aproveit. fins mult.(parte não afecta):				
	Produção hidroeléctrica	3.434.973.858		3.434.973.858	3.413.862.738
	Obras em curso	35.370.873		35.370.873	21.751.073
		1.906.894.137.622	1.021.169.170.826	885.724.966.796	943.342.299.121
03.c./16.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas associadas	836.952.865		836.952.865	830.246.057
	Títulos e outras aplic.financieiras	247.332.034		247.332.034	206.408.807
		1.084.284.899		1.084.284.899	1.036.654.864
<b>Circulante:</b>					
03.e.	Existências:				
	Matérias-primas,subs. e de consumo	9.773.612.547		9.773.612.547	13.412.308.452
42	Produtos e trabalhos em curso	54.380.260		54.380.260	32.397.500
	Adiantamentos p/conta compras	178.462.774		178.462.774	160.312.668
		10.006.455.581		10.006.455.581	13.605.018.620
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
	Clientes c/c	20.791.213.841		20.791.213.841	15.947.353.953
23.	Clientes de Cobrança duvidosa	8.447.536	8.447.536		
48.g	Estado e outros entes públicos	40.871.193		40.871.193	419.096.707
48.b.	Outros devedores	50.548.103.781		50.548.103.781	31.280.942.828
		71.388.636.351	8.447.536	71.380.188.815	47.647.393.488
	<b>Depósitos Bancários e caixa:</b>				
	Caixa	17.099		17.099	4.056
	Depósitos à ordem	5.570.706		5.570.706	
		5.587.805		5.587.805	4.056
48.a.	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos				
	Custos diferidos	63.892.080		63.892.080	33.297.224
		63.892.080		63.892.080	33.297.224
	Total de Amortizações		1.021.321.315.066		
	Total de Provisões		8.447.536		
	<b>Total do Activo</b>	<b>1.990.395.295.940</b>	<b>1.021.329.762.602</b>	<b>969.065.533.331</b>	<b>1.006.335.621.693</b>

Direcção Administrativa e Financeira  
O Técnico Oficial de Contas  
Victor Manuel Nunes do Carmo

Direcção Administrativa e Financeira  
O Director  
Victor Manuel Nunes do Carmo



## Capital Próprio e Passivo

Unidade: Escudos

Notas	Exercício	
	1998	1997
<b>Capital Próprio:</b>		
36. Capital	246.800.000.000	246.800.000.000
40. Ajustamento partes capital em filiais e associados	81.160.787	118.834.811
<b>Reservas:</b>		
40.a Reserva Legal	4.478.988.058	2.678.938.058
40.b Outras	246.812.585.079	246.812.585.079
40.c Resultados transitados	445.148	5.880.266.239
Subtotal	498.173.179.072	502.290.624.187
40. Resultados líquidos	45.446.971.061	36.000.755.911
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>543.620.150.133</b>	<b>538.291.380.098</b>
<b>Passivo:</b>		
48.c Provisões para riscos e encargos:		
03.k/48.c Pensões	3.305.704.947	723.973.373
48.c Processos Judiciais em Curso	440.000.000	6.000.000.000
03.l/48.c Outras provisões para riscos e encargos	28.256.308.043	19.873.050.100
	32.002.012.990	26.597.023.473
Dívidas a terceiros - Médio Longo Prazo:		
Accionistas (Sócios)	303.880.594.313	345.267.333.651
Outros credores	1.366.793	3.376.793
03.d Particip.do Estado p/aprov.fins múltiplos	3.006.418.000	3.006.418.000
	306.888.379.106	348.277.128.444
03.f Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	510.680.591	997.421.137
Accionistas (Sócios)	27.625.508.568	28.772.277.798
Fornecedores	5.051.522.078	3.581.166.301
Fornecedores de imobilizado c/c	3.415.951.398	5.836.132.893
48.g Estado e outros entes públicos	31.000.202.890	26.539.004.332
48.b Outros credores	1.499.563.275	10.780.914.266
	69.103.428.800	76.506.916.727
48.a Acréscimos e Diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.680.004.498	2.610.788.222
Proveitos diferidos	14.771.557.811	14.052.384.729
	17.451.562.309	16.663.172.951
<b>Total do Passivo</b>	<b>425.445.383.205</b>	<b>468.044.241.595</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>969.065.533.338</b>	<b>1.006.335.621.693</b>

O Conselho de Administração:  
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente  
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal  
Luís da Silva Carrilho - Vogal

# Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 1998

Custos e Perdas		Exercício		Unidade: Escudos
		1998	1997	
Notas				
41.	Custo das existências vendidas e consumidas:			
	Electricidade	342.738.203		357.235.884
	Combustíveis para produção de electricidade	49.484.846.129		41.006.070.897
	Materiais diversos	587.009.221	50.414.593.553	670.965.692
				42.034.272.473
	Fornecimentos e serviços externos		11.453.689.827	12.356.538.312
	Custos com o pessoal			
	Remunerações:			
43.	Remunerações dos órgãos sociais	36.611.271		43.142.365
	Remunerações com o pessoal	9.254.849.766		8.843.448.347
	Encargos sociais:			
	Complemento de pensões de reforma	3.229.918		2.901.925
	Prémios para pensões	278.779.985		577.900.000
	Encargos s/ remunerações	2.290.218.271		2.251.351.786
	Custos de acção social	1.093.666.271		1.090.402.505
	Outros	884.122.949	13.841.478.431	630.121.299
				13.439.268.227
10.b	Amortizações do exercício	43.973.107.554		45.373.623.900
34.	Provisões do exercício	969.800.000	44.942.907.554	1.187.000.000
				46.560.623.900
	Impostos:			
	Impostos indirectos	52.518.793		22.567.820
	Impostos directos	1.762.604	54.281.397	688.259
				23.256.079
	Outros custos e perdas operacionais		193.470.847	209.687.323
48.d.	Rendas de concessões e c. electroprodutores		842.364.158	871.486.354
	A - Custos e Perdas Operacionais		121.742.785.767	115.495.132.668
03.h/45	Custos e perdas financeiros			
	Juros	18.803.995.639		25.099.615.408
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	171.982.481		583.465.738
45.a.	Outros custos e perdas financ. e similares	7.990.151	18.983.968.271	31.345.972
				25.714.427.118
	C - Custos e Perdas Correntes		140.726.754.038	141.209.559.786
46.	Custos e perdas extraordinárias			
	Perdas em existências	163.194		945.450
	Perdas em immobilizações	10.064.195		35.496.335
46.c	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.244.598.411		63.553.344
46.a	Outros custos e perdas extraordinários	4.130.738.427	5.385.564.227	2.755.525.262
				2.855.520.391
	E - Custos e Perdas do Exercício		146.112.318.265	144.065.080.177
	Imposto s/ rendimento do exercício (estimado)		30.351.626.378	25.999.326.747
	G - Custos Totais		176.463.944.643	170.064.406.924
	Resultado líquido do exercício		45.446.971.061	36.000.755.911
	TOTAL		221.910.915.704	206.065.162.835
	Resultados operacionais (B) - (A)			
	Resultados financeiros [(D) - (B)] - [(C) - (A)]			
	Resultados correntes (D) - (C)			
	Resultados antes de impostos (F) - (E)			
	Resultados líquido do exercício (F) - (G)			





# Proveitos e Ganhos

Unidade: Escudos

Notas	Exercício	
	1998	1997
44. Vendas:		
44. a 1 De energia eléctrica	208.050.074.867	197.849.772.871
44. a 2 Outras	989.374.935	894.514.593
44. b Prestação de Serviços	<u>37.915.205</u>	<u>46.823.817</u>
	209.077.365.007	198.791.111.281
42. Variação da produção:		
Produtos e trabalhos em curso:		
Existências finais	54.380.260	32.397.500
Existências iniciais	<u>32.397.500</u>	<u>3.097.824</u>
	21.982.760	29.299.676
48. e. Trabalhos para própria empresa	1.297.731.278	1.123.199.732
Proveitos suplementares	98.683.195	116.130.885
Outros proveitos e ganhos operacionais	<u>463.611.740</u>	<u>484.009.534</u>
	1.860.026.213	1.723.340.151
B - Proveitos e Ganhos Operacionais	210.959.373.980	200.543.751.108
45. Proveitos e ganhos financeiros:		
Rendimentos de participações de capital		
Rendim. de títulos negoc. e out. apl. financ.	238.858.726	177.194.493
Outros juros e proveitos similares	1.331.504.269	2.767.772.669
Diferenças de câmbio favoráveis	<u>348.799.261</u>	<u>258.618.681</u>
	1.919.162.256	3.203.585.843
D - Proveitos e Ganhos Correntes	212.878.536.236	203.747.336.951
46. Proveitos e ganhos extraordinários:		
Ganhos em imobilizações	377.744.836	96.282.433
46. d Reduções de amortizações e de provisões	6.914.033.344	1.471.516.011
46. c Correções relativas a exercícios anteriores	1.018.827.829	33.081.500
46. b Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>721.773.459</u>	<u>716.945.940</u>
	9.032.379.468	2.317.825.884
F - PROVEITOS TOTAIS	221.910.915.704	206.065.162.835
	89.216.588.213	85.048.618.440
	(17.064.806.015)	(22.510.841.275)
	72.151.782.198	62.537.777.165
	75.798.597.439	62.000.082.658
	<u>45.446.971.061</u>	<u>36.000.755.911</u>

O Conselho de Administração:  
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente  
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal  
Luís da Silva Carrilho - Vogal

# Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

## 00 - Introdução

### a) Objecto e detentores do capital

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., tem por objecto a produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal S.A..

### b) Constituição

A constituição da Empresa reporta-se a 1 de Janeiro de 1994 e o seu património foi constituído por destaque da EDP- Electricidade de Portugal, S.A. nos termos do Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro e de harmonia com a deliberação da sua Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994.

### c) Regime de Preços

As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um sistema de remuneração misto, com parcela fixa, correspondendo

a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

### d) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC).

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

## 01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

## 02 - Comparabilidade

A partir do exercício de 1995, a Empresa deixou de estar sujeita à aplicação das regras estabelecidas no Decreto-Lei nº 338/91, que





criou o mecanismo de Correção de Hidraulicidade, na sequência da definição das regras de estabelecimento dos preços de venda praticados pela Empresa através da formalização dos CAE-Contratos de Aquisição de Energia, para cada unidade produtiva, com a REN. Deste modo, os resultados da Empresa passaram a não estar influenciados por qualquer movimento relacionado com a Correção de Hidraulicidade.

Atendendo à entrada em vigor no exercício de 1998 da Directriz Contabilística nº 19 - Benefícios de Reforma, a Empresa procedeu à alteração da sua norma de contabilização de benefícios de reforma, passando a adoptar a referida norma e abandonando as normas USA FAS 87 Employers 'Accounting For Pensions e FAS 106 Employers' Accounting For Postretirement Benefits Other Than Pensions.

O efeito da aplicação desta alteração, traduziu-se na relevação contabilística das "responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo", efectuada através de Resultados Transitados por contrapartida em Provisões no montante de 11 440,7 milhares de contos e, dos "ganhos e perdas actuariais", efectuada através de Resultados Extraordinários do Exercício por contrapartida em Provisões no montante de 5 871,8 milhares de contos.

### **03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos**

#### **a) Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por custos relacionados com Estudos e Projectos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

#### **b) Imobilizações Corpóreas**

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de Reestruturação da EDP-SA em referência a 01 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39 do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem

os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço.

Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Os imobilizados subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas das restantes imobilizações da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários e em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios Para Investimento, efectuados durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média das imobilizações da Empresa. No entanto existem subsídios para despesas de investigação e desenvolvimento, que estão a ser amortizadas a 20% (5 anos).

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos.

### c) Contabilização dos Investimentos Financeiros em Partes de Capital

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística nº 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

### d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta)

Estão valorizados a custos de construção.

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afecta à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Aguieira e Raiva, é determinado pela aplicação da percentagem provisória de 50 % aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço.

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.





#### **e) Existências**

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

#### **f) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas ao câmbio em vigor na data das operações. No final do ano os saldos em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios em vigor na data do Balanço.

#### **g) Custos Diferidos**

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

#### **h) Encargos Financeiros**

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso

e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 48.e) e (Nota 11).

#### **i) Custos de Gestão da Holding**

Os Custos de Gestão da Holding constituem custos operacionais na sua totalidade.

#### **j) Pensões e Encargos Associados**

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 19.

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 98.12.31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

#### 04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1998/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD 171.829	ITL 0.10354	SEK 21.130	ATS 14.570
DEM 102.505	MOP 21.535	NOK 22.599	FIM 33.719
FRF 30.563	NLG 90.975	DKK 26.915	ZAR 29.272
GBP 284.188	BEF 4.9698	IEP 254.560	AUD 105.555
ESP 1.2049	CHF 124.694	GRD 0.60809	BRL 142.254
XEU 200.482	JPY 1.5097	CAD 111.001	CVE 1.9182

#### 06 - Impostos Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais

durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1994 a 1998, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998.

A Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística.

#### 07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2028 empregados, não existindo assalariados.

#### 08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

As Rubricas *Despesas de Instalação* e *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* incluem essencialmente custos com estudos e projectos.





## 10 - Imobilizações Corpóreas

### a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de Instalação	10 016				10 016
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	492 002				492 002
Imobilizações em curso	220 678	229 607			450 284
<b>Total (1)</b>	<b>722 695</b>	<b>229 607</b>			<b>952 302</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Edifícios e Outras Instalações	2 547 670				2 547 670
Equipamento básico	1 855 876 570	557 225	32 033	9 211 379	1 865 613 141
Equipamento Técnico Específico	1 855 364 968	509 197	32 000	9 211 379	1 865 053 544
Produção de Electricidade	1 855 364 968	509 197	32 000	9 211 379	1 865 053 544
Produção Hidroeléctrica	1 219 383 420	368 582		817 031	1 220 569 032
Produção Térmica	632 567 686	140 615	32 000	8 373 237	641 049 537
Aprov.fins múltiplos (parte não afectada)	3 413 863			21 111	3 434 974
Outro Equipamento Básico (Excepto Leasing)	511 601	48 029	33		559 597
Equipamento de Transporte (Excepto Leasing)	674 971	62 973	387	(17 511)	720 045
Ferramentas e Utensílios	748 513	32 420	251		780 682
Equip. Administrativo (Excepto Informática e Leasing)	1 964 687	87 767	3 493	(3 084)	2 045 878
Equipamento de Informática (Excepto Leasing)	1 334 622	221 912		(97 564)	1 458 970
Diferenças de Câmbio	10 806 914				10 806 914
Outras Imobilizações Corpóreas	86 054	54			86 108
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>1 874 040 001</b>	<b>962 351</b>	<b>36 163</b>	<b>9 093 220</b>	<b>1 884 059 409</b>
<b>IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING</b>					
Equipamento de transporte	50 412	35 377	5 556	(32 347)	47 886
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>50 412</b>	<b>35 377</b>	<b>5 556</b>	<b>(32 347)</b>	<b>47 886</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Adiantamento p/conta imob. em curso	60 111				60 111
Edifícios e outras construções	231 925	108 029			339 953
Equipamento básico	47 406 028	10 108 315		(35 127 565)	22 386 778
Produção hidroeléctrica	30 025 667	1 540 595		(26 699 904)	4 866 358
Produção termoeléctrica	14 547 841	6 920 599		(8 406 550)	13 061 890
Aproveit. fins múltiplos (parte não afectada)	21 751	34 731		(21 111)	35 371
Estudos e projectos	2 810 769	1 612 390			4 423 159
Produção	2 810 769	1 612 390			4 423 159
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>47 698 064</b>	<b>10 216 343</b>		<b>(35 127 565)</b>	<b>22 786 842</b>
<b>Total(2)</b>	<b>1 921 788 477</b>	<b>11 214 072</b>	<b>41 719</b>	<b>(26 066 692)</b>	<b>1 906 894 137</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Partes de capital	1 036 655			47 630	1 084 285
<b>Total (3)</b>	<b>1 036 655</b>			<b>47 630</b>	<b>1 084 285</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>1 923 547 826</b>	<b>11 443 678</b>	<b>41 719</b>	<b>(26 019 062)</b>	<b>1 908 930 724</b>

## b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularização	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
Despesas de Instalação	6 343	2 003		8 346
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	45 398	98 400		143 798
<b>Total (1)</b>	<b>51 741</b>	<b>100 403</b>		<b>152 144</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
Edifícios e Outras Instalações	89 069	50 978		140 047
Equipamento básico	974 196 738	42 235 313	(1 008 659)	1 016 423 392
Equipamento Técnico Específico	973 897 465	43 200 241	(1 008 638)	1 016 089 068
Produção de Electricidade	973 897 465	43 200 241	(1 008 638)	1 016 089 068
Produção Hidroeléctrica	609 881 839	23 877 202	(1 005 972)	632 753 069
Produção Térmica	364 015 626	19 323 039	(2 667)	383 335 998
Outro Equipamento Básico (Excepto Leasing)	299 273	35 072	(21)	334 324
Equipamento de Transporte (Excepto Leasing)	442 363	79 411	(14 532)	507 242
Ferramentas e Utensílios	662 276	27 462	(251)	689 488
Equip. Administrativo (Excepto Informática e Leasing)	1 460 895	91 881	(5 100)	1 547 676
Equipamento de Informática (Excepto Leasing)	724 669	194 003	(100 525)	818 147
Diferenças de Câmbio	788 561	183 177		971 738
Outras Imobilizações Corpóreas	57 311	2 812		60 123
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>978 421 882</b>	<b>43 865 037</b>	<b>(1 129 067)</b>	<b>1 021 157 852</b>
<b>IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING</b>				
Equipamento de transporte	24 296	7 667	(20 644)	11 319
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>24 296</b>	<b>7 667</b>	<b>(20 644)</b>	<b>11 319</b>
<b>Total(2)</b>	<b>978 446 178</b>	<b>43 872 704</b>	<b>(1 149 712)</b>	<b>1 021 169 170</b>
<b>Total Geral (1) + (2)</b>	<b>978 497 919</b>	<b>43 973 107</b>	<b>1 149 712</b>	<b>1 021 321 315</b>

## c) Observações

Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a produção de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos edifícios e instalações.

## 11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	
Equipamento Básico	1 180 490
Equipamento Técnico Específico	1 180 490
Produção de Electricidade	1 180 490
Produção Hidroeléctrica	84 578
Produção Térmica	1 095 912
Estudos e Projectos	
<b>Total</b>	<b>1 180 490</b>





## 12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 7/91

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

## 14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua **localização e afectação** (valores líquidos):

Rubricas	1998	1997
Afectas à produção de Electricidade	871 411 365	928 933 643
Produção Hidroeléctrica	597 095 393	642 338 005
Produção Térmica	270 845 627	283 160 025
Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta)	3 470 345	3 435 614
Não específicas	14 288 374	14 380 719
Implantadas em propriedade alheia	25 228	27 937

b) No que respeita aos **custos financeiros** nelas capitalizados no exercício:

Rubricas	1998	1997
Juros de Financiamento	1 180 490	1 020 464

## 15 - Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no balanço são as seguintes:

Rubrica	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento de Transporte	47 886	11 319	36 567

## 16 - Investimentos Financeiros

a) A Empresa não procede à **consolidação das demonstrações Financeiras**, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP-SA.

Firma e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2 - 4º, Lisboa	10	159 994	1998	(850)
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15 - 6º, Lisboa	10	136 025	1998	71 124
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40	881 791	1998	134 253
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida dos Estados Unidos da América, 55 - 2º, Lisboa	40	669 415	1998	21 050
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	10	694 875	1998	1 412 153
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Avenida José Malhoa, Lote A, 13 Lisboa	25	504 356	1998	112 690

## 22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

Rubricas	1998	1997
Combustíveis para produção de electricidade	2 344 692	1 226 591
Materiais diversos	41 122	32 171
<b>Total</b>	<b>2 385 814</b>	<b>1 258 762</b>

## 25 - Dívidas ao Pessoal

Designação	1998	1997
Valores a Receber	18 318	23 023
Valores a Pagar	352	151

## 23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Designação	1998	1997
Cientes de Cobrança Duvidosa	8 448	8 702





## 29 - Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

As dívidas a terceiros de longo prazo repartem-se do seguinte modo:

Designação	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Accionistas	110 502 034	193 378 560	303 880 594
Cauções	1 367		1 367
Part. Estado em AFM	3 006 418		3 006 418

O saldo da conta Accionistas corresponde a empréstimos da EDP, SA (Holding do Grupo) e representa a quota-parte "afecta internamente, em termos de Grupo, à Empresa" da dívida resultante de financiamentos de terceiros globalmente mantida na Holding.

Antecipadas e de 11 185 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos, encontrando-se ambas integralmente cobertas, quer por activos do Fundo de Pensões (24 775 milhares de contos) quer por provisões.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais (em milhares de contos):

	Pensões	Actos Médicos
Custo dos serviços correntes	469.8	334.4
Custo dos juros	1 669.6	673.2
Retorno dos activos do Fundo de Pensões	(1.764.9)	--
Ganhos e perdas actuariais	(95.7)	(37.8)

## 31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 3 974 786.

### Pensões e Encargos Associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1998 de 28 405 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1998:

Taxa anual de desconto	6.50%
Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	8.00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40.00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3.50%
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2.50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2.25%
Taxa de Inflação	2.00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6.00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5.00%

## 32 - Responsabilidades Contingentes

a) A responsabilidade da Empresa por **garantias prestadas** ascende a 139 592.

Estas garantias são constituídas quase totalmente por garantias bancárias. Foram prestadas na sua quase totalidade a tribunais, alfândegas e fornecedores . Não existem garantias reais.

b) Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A. e consequente cisão realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de **garantias solidárias** a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1998 a 103 643 milhares de contos.

## 36 - Capital - N.º. de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 246 800 000 acções escriturais nominativas com o valor de 1000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

## 37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100 % pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

## 34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes	8 702		255	8 447
Para Riscos e Encargos:				
Complemento do Fundo de Pensões	723 974	3 305 645	723 913	3 305 706
Actos Médicos	8 967 050	2 537 004	319 054	11 185 000
Racionalização de Efectivos	846 000	10 076 084	310 776	10 611 308
Outras	16 060 000		9 160 000	6 900 000
<b>Total</b>	<b>26 605 726</b>	<b>15 918 733</b>	<b>10 513 998</b>	<b>32 010 461</b>





## 40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	246 800 000			246 800 000
Ajust. de Partes de Cap.em Associadas	118 835	57 155	94 829	81 161
Reservas				
Reserva Legal	2 678 938	1 800 050		4 478 988
Reservas Livres	246 812 585			246 812 585
Resultados Transitados	5 880 266	36 001 229	41 881 050	445
Resultado Líquido do Exercício	36 000 756	45 446 971	36 000 756	45 446 971
<b>Total</b>	<b>538 291 380</b>	<b>83 305 405</b>	<b>77 976 635</b>	<b>543 620 150</b>

a) Em conformidade com os Estatutos da Empresa, para a **Reserva Legal** é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

da Reestruturação da EDP-SA, não coberto pelo Capital Social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

b) A **Reserva Livre** incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a CPPE-SA no acto

c) O movimento do exercício dos **Resultados Transitados** foi o seguinte:

Saldo Inicial		5 880 266
Transferência do Resultado de 1997		36 000 756
Por aplicação em:		
Reserva Legal	(1 800 050)	
Dividendos	(28 100 000)	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores e Corpos Gerentes	(492 900)	(30 392 950)
Regularizações Diversas		(11 487 627)
<b>Saldo Final</b>		<b>445</b>

## 41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo			Total
	Combustíveis	Electricidade	Mat. Diversos	
Existências Iniciais	12 614 950		797 359	13 412 309
Compras e Produções Internas	45 881 032	342 738	551 598	46 775 368
Regularização de Existências			529	529
Existências Finais	9 011 136		762 477	9 773 613
<b>Custo do Exercício</b>	<b>49 484 846</b>	<b>342 738</b>	<b>587 009</b>	<b>50 414 593</b>

## 42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Designação	1998	1997
Existências finais	54 380	32 398
Existências iniciais	32 398	3 098
<b>Variação do exercício</b>	<b>21 982</b>	<b>29 300</b>

## 43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais no exercício foram as seguintes:

Órgãos Sociais	1998	1997
Conselho de Administração	36 611	43 142
ROC	3 780	3 780
Mesa da Assembleia Geral	470	420
<b>Total</b>	<b>42 121</b>	<b>46 082</b>





## 44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo).

Rubricas	1998		1997	
a) Vendas				
a.1) De Energia Eléctrica - Mercado Interno				
Em Alta Tensão	208 049 474		197 849 116	
Em Média Tensão				
Em Baixa Tensão	601	208 050 075	656	197 849 772
a.2) Outras - Mercado Interno				
Vapor	427 894		253 370	
Cinzas	561 481		641 145	
Materiais Diversos		989 375	23	894 515
b) Prestações de Serviços		37 915		46 824
<b>Total</b>		<b>209 077 365</b>		<b>198 791 111</b>

a) As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um

sistema de remuneração misto com parcela fixa correspondendo a pagamento indexado á disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

## 45 - Resultados Financeiros

Custos e Perdas	1998		1997		Proveitos e Ganhos	1998		1997	
	Juros suportados	18 804 978	25 100 710	Juros obtidos		1 329 630	2 764 896		
Perdas em Emp. do Grupo e Assoc.	85	23 420	Ganhos em Emp. do Grupo e Assoc.	238 708	176 740				
Diferenças de câmbio desfavoráveis	171 982	583 466	Rendimentos de Imóveis	150	455				
Outros custos e perdas financeiras	6 922	6 832	Rendimentos de Particip. de Capital						
			Diferenças de Câmbio Favoráveis	348 799	258 619				
			Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	1 875	2 877				
Resultados financeiros	(17 064 805)	(22 510 841)							
<b>Total</b>	<b>1 919 162</b>	<b>3 203 587</b>	<b>Total</b>	<b>1 919 162</b>	<b>3 203 587</b>				

a) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Financeiras** inclui entre outros, encargos com garantias bancárias no montante de 3 017 (em 1997 o montante era de 3 785).

## 46 - Resultados extraordinários

Custos e Perdas	1998		1997		Proveitos e Ganhos	1998		1997	
Donativos	6 384		17 444		Restituição de Impostos				
Perdas em Existências	163		946		Ganhos em Existências			68 912	
Perdas em Imobilizações	10 064		35 496		Ganhos em Imobilizações	377 745		96 282	
Multas e Penalidades	15		137		Reduções de Amortiz. e Provisões	6 914 033		1 471 516	
Correcções relat. Exerc. Anteriores	1 244 598		63 553		Benefícios e Penalidades Contratuais				
Outros Cust. e Perdas extraordinários	4 124 339		2 737 945		Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	1 018 828		33 082	
Resultados Extraordinários	3 646 816		(537 695)		Outros P. e Ganhos Extraordinários	721 773		648 034	
<b>Total</b>	<b>9 032 379</b>		<b>2 317 826</b>		<b>Total</b>	<b>9 032 379</b>		<b>2 317 826</b>	

### a) A rubrica de **Outros Custos e Perdas**

**Extraordinários** inclui entre outros os montantes de: 3 305 645 relativo a provisão para reformas antecipadas e 113 154 relativo a provisão para actos médicos.

### b) A rubrica **Outros Proveitos e Ganhos**

**Extraordinários** inclui entre outros o montante de 658 977 relativo a subsídios para investimento.

### c) A rubrica de **Correcções Relativas**

a **Exercícios Anteriores** inclui:

Custos	1998		1997	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 168 280			
Fornecimentos e serviços externos	18 132		14 966	
Custos com Pessoal	28 858		31 038	
Custos e perdas extraordinárias	25 205		16 928	
Outros	4 124		621	
<b>Total</b>	<b>1 244 598</b>		<b>63 553</b>	

### Proveitos

	1998		1997	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			8 972	
Fornecimentos e serviços externos			7 953	
Impostos			2 064	
Custos com Pessoal			9 633	
Vendas	876 324			
Proveitos e ganhos financeiros			2 205	
Proveitos e ganhos extraordinários			1 783	
Outros	142 504		472	
<b>Total</b>	<b>1 018 828</b>		<b>33 082</b>	

### d) A rubrica **Reduções de Amortizações**

e **Provisões**, inclui:

Rubricas	1998		1997	
Utilização de Provisões para futuras reformas antecipadas	723 913		1 172 998	
Utilização de provisões para actos médicos	319 054		298 450	
Utilização de provisões para racionalização de recursos humanos	310 776			
Utilização de provisões para processos judiciais em curso	5 560 000			
Outros	290		68	
<b>Total</b>	<b>6 914 033</b>		<b>1 471 516</b>	

## 48 - Outras Informações

### a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

### Custos diferidos

Rubricas	1998		1997	
Reparações e beneficiações de imobilizado	4 719		9 437	
Outros custos diferidos	59 174		23 860	
<b>Total</b>	<b>63 893</b>		<b>33 297</b>	





i) O movimento na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foi o seguinte:

Designação	1998	1997
Saldo inicial	9 437	14 156
Transferência para resultados	4 719	4 719
<b>Saldo final</b>	<b>4 718</b>	<b>9 437</b>

#### Acréscimos de custos

Rubricas	1998	1997
Férias e subsídios de férias	1 391 146	1 358 454
Outros acréscimos de custos	1 288 858	1 252 334
<b>Total</b>	<b>2 680 004</b>	<b>2 610 788</b>

Pop →

#### Proveitos diferidos

Rubricas	1998	1997
Subsídios para investimento	13 178 975	13 512 325
Outros proveitos diferidos	1 592 583	540 060
<b>Total</b>	<b>14 771 558</b>	<b>14 052 385</b>

i) A rubrica *Subsídios para Investimento* tem o seguinte movimento no exercício:

Designação	1998	1997
Saldo inicial	13 512 325	13 263 911
Subsídios recebidos no exercício	325 627	851 288
Compensação das amortizações dos imobilizados subsidiados	(658 977)	(602 874)
<b>Saldo final</b>	<b>13 178 975</b>	<b>13 512 325</b>

b) Outros devedores e outros credores - Curto Prazo

#### Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros Devedores	1998	1997
Devedores por fornecimento de outros bens e serviços EDP/DFN - Sistema Financeiro - Conta Ligação	1 024 145	1 326 801
Cauções Prestadas a Terceiros	6 873 811	9 713 748
Devedores diversos	68 949	1 901 293
<b>Total</b>	<b>42 581 199</b>	<b>18 339 101</b>

Outros Credores	1998	1997
Credores por fornecimento de outros bens e serviços	322 755	418 633
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência	124 699	183 502
Credores diversos	1 052 109	10 178 779
<b>Total</b>	<b>1 499 563</b>	<b>10 780 914</b>

i) A rubrica *Devedores Diversos*, inclui entre outros os montantes de 17 982 794 referente a pagamentos por conta do IRC, efectuados pela Holding (em 1997 este valor foi de 16 637 468) e 24 235 901 referente à dívida do Estado relativamente a Foz-Côa.

ii) A rubrica *Credores Diversos* inclui em 1997 o montante de 8 375 000 referente à última parcela de dividendos, relativos a 1996, a pagar à EDP Holding.

### c) Provisão para riscos e encargos

Corresponde às seguintes provisões:

Designação	1998	1997
Para complemento do Fundo de Pensões	3 305 706	723 974
Para processos judiciais em curso	440 000	6 000 000
Para actos médicos	11 185 000	8 967 050
Para revisão da contratação colectiva	460 000	460 000
Para racionalização de recursos humanos	10 611 308	846 000
Para outros encargos	6 000 000	9 600 000
Saldo final	32 002 014	26 597 024

i) O saldo da *Provisão para Processos Judiciais em Curso* refere-se a situações litigiosas existentes com fornecedores que moveram acções contra a Empresa, relacionadas com a construção de Empreendimentos Hidroeléctricos.

ii) Do saldo da *Provisão para Outros Encargos*, 6 000 000 referem-se a responsabilidades emergentes, evidenciadas no relatório final do grupo de trabalho, constituído com o fim de avaliar os encargos e acerto de contas respeitantes a aproveitamentos de fins múltiplos.

### d) Rendas de Centros Electroprodutores

Esta rubrica refere-se a rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica.

### e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	1998	1997
Consumo de Materiais	136	3 830
Encargos Financeiros	1 180 490	1 020 464
Outros	117 106	98 906
Total	1 297 732	1 123 200

f) A Empresa enquanto produtora de energia eléctrica é obrigada a manter em existências **reservas de combustíveis** correspondentes a 30 dias de consumo normal. Estima-se que este valor ronde os 4 milhões de contos em 1998.





### g) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados no  
Balanço:

Saldos Devedores	1998	1997
IVA a recuperar	40 871	419 097

Saldos Credores	1998	1997
Retenção de impostos sobre o rendimento	237 310	155 902
IVA a pagar	175 060	164 750
Contribuições para a Segurança Social	236 192	217 751
IRC	30 351 626	25 999 327
Restantes impostos		1 259
Outros	15	15
<b>Total</b>	<b>31 000 203</b>	<b>26 539 004</b>

A rubrica IRC corresponde ao valor total da estimativa calculada para o exercício de 1998. Tal como está indicado na Nota 48, alínea b) o valor dos pagamentos por conta, efectuados pela EDP Holding, estão considerados na rubrica *Outros Devedores*.

## h) Inventário das Participações Financeiras

	Saldo em 01.01.98				Aumentos			Reduções		
	Quant.	Valor Unitário Ajustado	Unitário Nominal	Valor	Quant.	Unitário	Valor	Quant.	Unitário	Valor
<b>Partes de Capital em Empresas Associadas</b>	<b>830 246 057</b>				<b>0</b>					
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.	125 000	1 173	1 000	146 601 464						
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	224 000	1 636	1 000	366 353 492						
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	180 000	1 763	1 000	317 291 101						
<b>Partes de Capital em Outras Empresas</b>	<b>206 408 807</b>				<b>0</b>					
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	8 000	2 000	1 000	15 999 445						
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	9 000	1 962	1 000	17 661 686						
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	40 000	4 319	1 000	172 747 676						
<b>Total</b>	<b>1 036 654 864</b>				<b>0</b>					

Direcção Administrativa e Financeira  
O Técnico Oficial de Contas  
Victor Manuel Nunes do Carmo

Direcção Administrativa e Financeira  
O Director  
Victor Manuel Nunes do Carmo





Unidade: escudos

Mais / Menos Vália	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	Saldo em 31.12.98				Cotação em 31.12.1998	% do Capital Detido
		Quant.	Valor Unitário Ajustado	Unitário Nominal	Valor		
	<b>6 706 808</b>				<b>836 952 865</b>		
	7 660 047	125 000	1 234	1 000	154 261 511	1 000	25
	40 064 030	224 000	1 814	1 000	406 417 522	1 000	40
	(41 017 269)	180 000	1 535	1 000	276 273 832	1 000	40
	<b>40 923 227</b>				<b>247 332 034</b>		
	(85 047)	8 000	1 989	1 000	15 914 398	1 000	10
	3 053 236	9 000	2 302	1 000	20 714 922	1 000	10
	37 955 038	40 000	5 268	1 000	210 702 714	1 000	10
	<b>47 630 035</b>				<b>1 084 284 899</b>		

O Conselho de Administração:  
Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente  
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal  
Luís da Silva Carrilho - Vogal

## Demonstração das variações dos fundos circulantes

### Activas

Aumentos das existências		
Produtos e trabalhos em curso	21 983	
Adiantamentos por conta de compras	18 150	40 133
Aumento das dívidas de terceiros a curto prazo		
Clientes c/gerais	4 843 860	
Outros devedores	19 267 161	24 111 021
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	486 741	
Accionistas (sócios)	1 146 769	
Fornecedores de imobilizado	2 420 181	
Outros credores	9 281 351	13 335 042
Aumentos das disponibilidades		
Depósitos à Ordem	5 571	
Caixa	13	5 584
		37 491 780
Diminuição dos fundos circulantes		0
		37 491 780

## Demonstração da origem e da aplicação de fundos

### Origem de Fundos

Internas		
Resultado líquido do exercício	45 446 971	
Amortizações	43 973 108	
Variação de provisões	5 404 735	
Correcções de exercícios anteriores	(5 879 821)	88 944 993
Externas		
Movimentos financeiros a médio e longo prazo		
Ajustamento partes capital em empresas associadas	(37 674)	(37 674)
Diminuições de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	24 958 648	24 958 648
		113 865 967
Diminuição dos fundos circulantes		0
		113 865 967





## Passivas

Unidade: milhares de escudos

Diminuições das existências		
Matérias-primas subsidiárias e de consumo		
Combustíveis p/ produção de electricidade	3 603 811	
Materiais diversos	34 885	3 638 696
Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo		
Clientes de cobrança duvidosa	255	
Estado e outros entes públicos	378 226	378 481
Aumento das dívidas a terceiros a curto prazo		
Fornecedores c/gerais	1 470 356	
Estado e outros entes públicos	4 461 199	5 931 555
Acréscimos e diferimentos		
Custos diferidos	795	
Acréscimos de Custos	69 216	
Proveitos diferidos	1 052 523	1 122 534
Aumento dos fundos circulantes		
		11 071 266
		26 420 514
		37 491 780

## Aplicação de fundos

Unidade: milhares de escudos

Distribuições		
Por aplicação de resultados	34 200 706	34 200 706
Diminuição das dívidas a terceiros a médio longo prazo		
Accionistas (sócios)	41 386 739	
Outros credores	2 010	41 388 749
Aumentos de Imobilizações		
Investimentos financeiros	6 707	
Partes de capital em empresas associadas	40 923	47 630
Títulos e outras aplicações financeiras		
Trabalhos da empresa para ela própria		
Imobilizações em curso	1 296 781	
Aquisição de imobilizações		
Imobilizações incorpóreas	229 607	
Imobilizações corpóreas	9 917 240	11 443 628
Acréscimos e diferimentos		
Custos diferidos	31 390	
Proveitos diferidos	333 350	364 740
Aumento dos fundos circulantes		
		87 445 453
		26 420 514
		113 865 967

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhares de escudos

Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	204 627 824	
Pagamentos a fornecedores	(56 623 486)	
Pagamentos ao pessoal	(14 196 819)	
Fluxos gerados pelas operações	133 807 519	
Pagamento do imposto s/rendimento	(26 062 101)	
Outros recebimentos relativos à activ.operacional	4 038 977	
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	(10 869 154)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	100 915 241	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1 081 624	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1 480 005)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		100 516 859
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	238 774	
Imobilizações corpóreas	1 278 268	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	325 627	
Juros e proveitos similares	389 374	
Dividendos	0	2 232 043
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	132 226	
Imobilizações corpóreas	13 653 383	
Imobilizações incorpóreas	229 607	14 015 216
Fluxos das actividades de investimento (2)		(11 783 173)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	42 533 509	
Juros e custos similares	17 607 853	
Dividendos	28 100 000	88 241 362
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(88 241 362)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		492 324
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		(997 417)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(505 093)

## DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES

Numerário		17
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa		(505 110)
Descobertos bancários		(510 681)
Depósitos à Ordem		5 571
Outras aplicações de tesouraria		0
Outras disponibilidades		0
<b>Disponibilidades constantes do Balanço</b>		<b>(505 093)</b>

Direcção Administrativa e Financeira  
 O Técnico Oficial de Contas  
 Victor Manuel Nunes do Carmo

O Conselho de Administração:  
 Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente  
 Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal  
 Luís da Silva Carrilho - Vogal





## Anexo Referido no N°5 do Art. 447° do Código das Sociedades Comerciais

Membros do CA	Ações				
	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31 Dez.
Luís Filipe Lucena Ferreira	16 de Junho 1997	1 071 000	500	-	
	30 de Junho 1998	1 335 032	341		841
Cônjuge Maria Isilda Sampaio da Silva Lucena Ferreira	16 de Junho 1997	1 018 125	475	-	
	30 de Junho 1998	1 335 032	340		815
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado	17 de Junho 1997	1 018 125	475	-	
	24 de Junho 1997	79 804	25		
	30 de Junho 1998	1 327 550	340		840
Cônjuge Anita Alexandra Ribeirinho Santos Paupério Machado	17 de Junho 1997	383 625	175	-	
	30 de Junho 1998	316 050	78		253
Luís Silva Carrilho	16 de Junho 1997	696 475	338	-	338
ROC					
A. Gândara & J. Monteiro	.....	.....	.....		.....



84	Certificação Legal de Contas
86	Relatório do Fiscal Único
87	Parecer do Fiscal Único
88	Parecer dos Auditores Externos
89	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

# Certificação Legal de Contas

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1998, (que evidencia um total de balanço de 969 065 533 contos e um total de capital próprio de 543 620 150 contos, incluindo um resultado líquido de 45 446 971 contos), a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





## Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, o resultado da suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 1999

A. GÂNDARA, J. MONTEIRO, O. FIGUEIREDO  
E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro

# Relatório do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de Sociedade, compete-me emitir o relatório anual sobre a acção fiscalizadora da Sociedade CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., referente ao exercício de 1998 e dar parecer sobre o relatório, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício e no desempenho das funções que me são cometidas, procedi com resultados satisfatórios e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Revisor Oficial de Contas, acompanhou, de forma conjugada, o trabalho desenvolvido pelos auditores externos, cuja colaboração tem facilitado o exercício das suas funções.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 1999.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo e a Demonstração de Fluxos de Caixa, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulei o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente ao accionista e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 23 de Março de 1999

O FISCAL ÚNICO

A. GÂNDARA, J. MONTEIRO O.

FIGUEIREDO E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro





Senhores Accionistas,

Procedi à acção fiscalizadora de CPPE -  
- COMPANHIA PORTUGUESA DE  
PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.  
nos termos do artigo 420º do Código das  
Sociedades Comerciais e do contrato  
de sociedade, em resultado da qual sou  
de parecer que:

- (a) Aproveis o Relatório de Gestão e as contas  
referentes ao exercício de 1998;
- (b) Aproveis a proposta do Conselho  
de Administração sobre a aplicação dos  
resultados do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 1999

O FISCAL ÚNICO

A. GÂNDARA, J. MONTEIRO O.

FIGUEIREDO E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro

## Parecer dos Auditores Externos

Auditámos o Balanço de CPPE -  
- COMPANHIA PORTUGUESA DE  
PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S. A.,  
em 31 de Dezembro de 1998,  
a Demonstração dos resultados  
e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas  
ao exercício findo naquela data e o respectivo  
Anexo. Estas demonstrações financeiras são  
da responsabilidade do Conselho de  
Administração. A nossa responsabilidade  
consiste em expressarmos uma opinião sobre  
estas demonstrações financeiras, com base  
na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com  
as normas internacionais de auditoria. Estas  
normas exigem que o nosso exame seja  
planeado e realizado de forma a obtermos uma  
segurança razoável de que as demonstrações  
financeiras não contêm distorções  
de materialidade relevante. Uma auditoria  
inclui a verificação, por amostragem,  
de evidência comprovativa dos valores  
e informações constantes das demonstrações  
financeiras. Inclui, também, a apreciação  
dos princípios contabilísticos adoptados  
e a avaliação das estimativas significativas  
feitas pelo Conselho de Administração, bem  
como da apresentação global da informação  
constante das demonstrações financeiras.  
É nossa convicção que a auditoria que  
realizámos proporciona uma base razoável  
para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações  
financeiras atrás mencionadas apresentam  
de forma adequada, em todos os aspectos  
materialmente relevantes, a posição financeira  
de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE  
PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A.  
em 31 de Dezembro de 1998, bem como  
os resultados das suas operações e os fluxos  
de caixa no exercício findo nessa data, em  
conformidade com os princípios contabilísticos  
geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 1999

ERNST & YOUNG



# Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. Realizada em 26 de Março de 1999



Acta Número Onze

(...)

" Posto o assunto à votação, foram aprovados, por unanimidade, o Relatório de Gestão e todos os documentos de prestação de Contas do Exercício de mil novecentos e noventa e oito.

Passou-se à apreciação dos resultados, havendo a seguinte proposta do Conselho de Administração, para a aplicação do resultado líquido do exercício, de quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil e sessenta e um escudos:

• Reserva Legal                    2 272 350 000\$00  
(dois mil duzentos e setenta e dois milhões e trezentos e cinquenta mil escudos)

• Dividendos                    41 500 000 000\$00  
(quarenta e um mil e quinhentos milhões de escudos)

• Distribuição de resultados  
aos Trabalhadores                    525 860 000\$00  
(quinhentos e vinte e cinco milhões e oitocentos e sessenta mil escudos)

• Distribuição de resultados  
aos Administradores                    10 000 000\$00  
(dez milhões de escudos)

• Resultados transitados    1 138 761 061\$00  
(mil cento e trinta e oito milhões setecentos e sessenta e um mil e sessenta e um escudos)

Esta proposta foi aprovada por unanimidade." (...)



**Edição** CPPE - Companhia Portuguesa  
de Produção de Electricidade, S.A.  
Gabinete de Comunicação e Documentação  
Av. Barbosa du Bocage, 45 - 1000-071 Lisboa

**Design** Shift - comunicAção e destGn, Lda.

**Pré-Impressão** Facsimile, Lda.  
**Impressão** Madeira e Madeira, Lda

**Tiragem** 1000 exemplares

**ISSN** 0873-1470

**Depósito Legal** 90236/96  
Julho de 1999



